

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ ESCOLA
DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES PROGRAMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

CLÁUDIO OLÍVIO PIOTTO

**O SENAI e o ensino profissionalizante em Santa Catarina: O caso de
Jaraguá do Sul (1975-2015)**

CURITIBA 2018

CLÁUDIO OLÍVIO PIOTTO

O SENAI e o ensino profissionalizante em Santa Catarina: O caso de Jaraguá do Sul (1975-2015)

Dissertação apresentada ao curso de pós-graduação em Educação, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, como requisito à obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Elisabeth Blanck Miguel.

CURITIBA 2018

Dados da Catalogação na Publicação
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR
Biblioteca Central
Edilene de Oliveira dos Santos CRB 9 /1636

P662s
2018

Piotto, Cláudio Olívio
O SENAI e o ensino profissionalizante em Santa Catarina: o caso de Jaraguá do Sul (1975-2015) / Cláudio Olívio Piotto ; orientadora, Maria Elisabeth Blanck Miguel. -- 2018
107 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2018.
Bibliografia: f. 99-103

1. Educação – Estudo e ensino. 2. Ensino profissional. 3. Indústria e educação. 4. Senai Jaraguá do Sul – História. I. Miguel, Maria Elisabeth Blanck. II. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDD 20. ed. – 370.7

**ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE EXAME DE DISSERTAÇÃO N.º 845
DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE**

Claudio Olivio Piotto

Aos oito dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, reuniu-se às 14h30min, na Sala 8 (Pós), da Escola de Educação e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, a Banca Examinadora constituída pelos professores: Prof.^a Dr.^a Maria Elisabeth Blanck Miguel, Prof.^a Dr.^a Patricia Murara Stryhalski e Prof. Dr. Peri Mesquida para examinar a Dissertação do mestrando **Claudio Olivio Piotto**, ano de ingresso 2015, aluno do Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha de Pesquisa “História e Políticas da Educação”. O aluno apresentou a dissertação intitulada “**O SENAI e o ensino profissionalizante em Santa Catarina: O caso de Jaraguá do Sul**” que, após a defesa foi aprovada pela Banca Examinadora. A sessão encerrou-se às 15:45h. Para constar, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pelos membros da Banca Examinadora.

Observações: A banca sugere a publicação de artigo.

Presidente:

Prof.^a Dr.^a Maria Elisabeth Blanck Miguel

M. Miguel

Convidado Externo:

Prof.^a Dr.^a Patricia Murara Stryhalski

Patricia Murara Stryhalski

Convidado Interno:

Prof. Dr. Peri Mesquida

Peri Mesquida

Patricia Lupion Torres

Prof.^a Dr.^a Patricia Lupion Torres

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação
Stricto Sensu

**À minha esposa e à minha filha, pelo
apoio incondicional e pela
compreensão em todos os momentos.**

AGRADECIMENTOS

Agradecer é um ato de reconhecimento aos que, de alguma maneira, fizeram parte de sua jornada e suas conquistas. É valorizar as pessoas que passaram com você por todos os momentos dessa jornada e que contribuíram para esse momento.

Além de meu obrigado, quero também registrar o nome de algumas pessoas para firmar esse meu agradecimento.

À família, base para qualquer sonho tornar-se realidade, alicerce para grandes construções e força para longas jornadas.

À minha esposa, que esteve e está em todos os momentos caminhando junto.

À minha filha, constante parceira nas dúvidas sobre o que o pai estava fazendo, sempre preocupado se eu não iria dormir.

À minha mãe, à minha sogra e ao meu sogro, obrigado por acreditarem.

Às minhas irmãs, aos meus irmãos, sobrinhos e cunhados.

À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Maria Elisabeth Blanck Miguel, ser humano de Luz, incansável em sua paciência e atenção, sempre acreditando e contribuindo para ser realidade. Obrigado!

Aos membros da banca por disponibilizarem seu tempo e auxiliarem nesse trabalho: Prof.^o Dr. Peri Mesquida, Prof.^a Dr.^a

Patrícia Murara Stryhalski e a Prof.^a Dr.^a Patrícia Lupion Torres, sem vocês esse momento não aconteceria.

Também agradeço aos professores do Programa de Pós Graduação da Pontifícia Universidade Católica do Paraná e à Universidade Católica de Santa Catarina, campus Jaraguá do Sul, que me auxiliaram a chegar até esse momento.

Aos colegas de aula, aqui faço referência a Rosimeri, Virgínea, Edna, Paulo Freire, pela parceria em todos os momentos.

Ao SENAI de Jaraguá do Sul e de Santa Catarina, pelo incentivo e pela abertura e oportunidade dada para escrever a seu respeito e esse agradecimento faço através da Prof.^a Iracema (Gerente de Educação) e o Prof.^o Osvaldo (Diretor).

Ao amigo Airton Júlio Reiter, pelas contribuições.

Agradecer a Deus, que permitiu que essa jornada fosse trilhada e seguida até esse momento.

Obrigado a todos!

RESUMO

Esta dissertação, sob o título “O SENAI e o ensino profissionalizante em Santa Catarina: O caso de Jaraguá do Sul” tem como questão de pesquisa, identificar de que modo os cursos profissionalizantes do SENAI em nível técnico contribuíram para o desenvolvimento socioeconômico de Jaraguá do Sul no período de 1975 a 2015. Buscou-se, a partir de pesquisa de cunho documental, informações, depoimentos de egressos e dados que serviram de base para a construção da investigação proposta em relação ao referido tema. Foram buscados estudos teóricos sobre a instituição do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e demais documentos para auxiliarem na compreensão do problema. Apresenta as proposições e análises de documentos oficiais e legais, além de bibliografias relacionadas ao tema. Para a produção dessa dissertação, foram utilizados como recursos metodológicos, análise e pesquisa bibliográfica como Cunha (2005), Murara (2013), Castanho (2006), Kuenzer (2007), Gramsci (1998), Wittaczik (2008), Schörner (2000), além de bibliografias relacionadas à instituição do SENAI, ao contexto histórico de Jaraguá do Sul, à educação técnica profissional do SENAI em Jaraguá do Sul. Para isso, buscou-se construir, sem fugir do objetivo, uma relação entre educação profissional no Brasil e a promovida pelo SENAI e a ligação do SENAI em Jaraguá do Sul com a educação profissionalizante. Assim, são apresentados dados levantados junto à secretaria escolar do SENAI de Jaraguá do Sul, da Associação Comercial e Industrial de Jaraguá do Sul, IBGE, FIESC, documentos do arquivo histórico de Jaraguá do Sul e bibliografias correlatas. Conclui-se que o Senai de Jaraguá do Sul procurou atender às demandas do mercado, preparando os seus alunos para atuarem respondendo a elas, mas também proporcionando-lhes uma melhor formação profissional.

Palavras-chave: Educação Profissional. Educação e Industrialização. Escola Profissionalizante. SENAI de Jaraguá do Sul.

ABSTRACT

This dissertation, under the title “SENAI and the vocational education in Santa Catarina: The case of Jaraguá do Sul” is based on a research question that aims to identify in what means the vocational courses of SENAI has contributed to the socioeconomical development of Jaraguá do Sul in the period between 1975 and 2015. From documentary research, one looked for information, graduate testimony and data, which was a base for the construction of the investigation proposed in relation to the theme. Theoretical studies were searched about the institution named National Service of Industrial Learning (SENAI) and other documents in order to help the comprehension of the issue. It shows the propositions, legal and ilegal document analysis, besides other related bibliographies. For the present work, methodological resources, analysis and bibliographic research was used, such as Cunha (2005), Murara (2013), Castanho (2006), Kuenzer (2007), Gramsci (1998), Wittaczik (2008), Schörner (2000), besides other bibliographies related to SENAI, the historic context of Jaraguá do Sul, to the technical and vocational education of SENAI in Jaraguá do Sul. For this purpose, without getting away from the goal, one aimed to construct a relation between vocational education in Brazil and the one promoted by SENAI as well as the link of SENAI in Jaraguá do Sul with vocational education. Then, documents of historical archive, related bibliographies and data collected with the school secretary of SENAI, comercial and industrial association of Jaraguá do Sul, IBGE, FIESC, are presented. It is concluded that SENAI of Jaraguá do Sol sought to meet the demands of the Market, preparing the students to act according to them but also providing a better professional formation.

Palavras-chave: Vocational education, Education and Industrialization. Vocational school. SENAI of Jaraguá do Sul.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Organização do Comitê Técnico Setorial do SENAI	48
Figura 2 – Unidades de SENAI em Santa Catarina	65
Figura 3 - Primeira ponte sobre o rio Itapocu em Jaraguá do Sul	67
Figura 4 – Vista de Jaraguá do Sul da década de 1940	70
Figura 5 – Inauguração em 28 de maio de 1975	71

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução das matrículas por modalidade – 2002 a 2006	40
Tabela 2 – Evolução das matrículas por modalidade – 2004 a 2008	41
Tabela 3 – Evolução das matrículas por modalidade – 2005 a 2009	41
Tabela 4 – Evolução das matrículas por modalidade – 2006 a 2010	41
Tabela 5 – Educação profissional e tecnológica – 2015	42
Tabela 6 – Educação profissional e tecnológica – geral – 2015	42
Tabela 7 – Matrículas em Educação a Distância – 2015	43
Tabela 8 – População e dados socioeconômicos – 2010	74
Tabela 9 – População em idade escolar – 2010	75
Tabela 10 – Taxa de analfabetismo – 2010	75
Tabela 11 – Índice de Desenvolvimento Humano municipal e de educação – 2010	76
Tabela 12 – Escolaridade de trabalhadores formais – 2012	77
Tabela 13 – Escolaridade de trabalhadores formais em atividades industriais – 2012	77
Tabela 14 – Comparação entre a escolaridade de trabalhadores formais e trabalhadores formais em atividades industriais – 2012	78

LISTA DE GRÁFICOS E QUADROS

Gráfico 1 – Ocupação/profissão dos egressos que estavam trabalhando/estagiando durante o curso técnico no SENAI em 2016	92
Gráfico 2 – Renda mensal dos egressos dos cursos técnicos no SENAI em 2016.....	93
Gráfico 3 – Nível de satisfação com o SENAI dos egressos dos cursos técnicos no SENAI em 2016.....	93

LISTA DE SIGLAS

ACIJ – Associação Comercial e Industrial de Jaraguá do Sul

CNI – Confederação Nacional da Indústria

DR – Departamento Regional

IEL – Instituto Evaldo Lodi

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENAR– Serviço nacional de Aprendizagem Rural

FIESC – Federação das Indústrias de Santa Catarina

FIESP – Federação das Indústrias de São Paulo

SESI – Serviço Social da Indústria

SENAT - Serviço Nacional do Transporte

SESCOOP - Serviço Nacional de Apoio ao Cooperativismo

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa

ONU – Organização das Nações Unidas

FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao ensino Técnico e Emprego

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. EDUCAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL: UM PANORAMA HISTÓRICO	21
2.1 O ENSINO PROFISSIONALIZANTE A PARTIR DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL	22
2.2 O ENSINO PROFISSIONAL E TÉCNICO NO BRASIL NO PERÍODO COLONIAL E IMPERIAL	25
2.3 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO PERÍODO IMPERIAL BRASILEIRO E NO INÍCIO DA REPÚBLICA (1930)	30
2.4 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TÉCNICA A PARTIR DE 1930	34
2.4.1 Criação do SENAI – 1942	36
3 A CRIAÇÃO DO SENAI NA DELEGACIA REGIONAL SUL, EM SANTA CATARINA E EM JARAGUÁ DO SUL	50
3.1 CRIAÇÃO DO SENAI NA DELEGACIA REGIONAL SUL	50
3.2 CRIAÇÃO DO SENAI EM SANTA CATARINA	52
3.3 O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO E A CRIAÇÃO DO SENAI EM JARAGUÁ DO SUL	66
3.3.1 Breve histórico da industrialização de Jaraguá do Sul	66
3.3.2 A criação do SENAI em Jaraguá do Sul	70
4 RELEVÂNCIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PERCEPÇÃO DE EGRESSOS E EMPRESÁRIOS.....	79
4.1 DEPOIMENTOS DOS ALUNOS EGRESSOS.....	80
4.1.1 Análise dos Depoimentos dos alunos egressos	85
4.2 DEPOIMENTOS DOS EMPRESÁRIOS	86
4.2.1 Análise dos Depoimentos dos Empresários	91
4.3 PESQUISA DE PERFIL DE SAÍDA SENAI - ENSINO TÉCNICO	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
REFERÊNCIAS	98
ANEXOS	103

1. INTRODUÇÃO

Diante da relevância da educação e da sua grande importância na formação dos indivíduos para atuarem na sociedade, destaca-se também a função de inclusão desses cidadãos no processo produtivo. A chamada educação profissional, com a globalização e o aumento das populações marginalizadas, vem chamando a atenção de órgãos governamentais, principalmente nos países em desenvolvimento. Neste sentido, a principal preocupação desse segmento da educação é formar profissionais aptos a fornecerem uma mão de obra flexível, com capacidade de adequar-se às mudanças ocorridas no mundo do trabalho.

Neste sentido ainda, diante da constatação de que o mercado de trabalho, com exceção de períodos de recessão, cresce constantemente, observa-se, no processo de industrialização, que muitos postos de trabalho não são preenchidos por falta de profissionais qualificados para a função. Além disso, a maioria dos jovens que conclui o Ensino Médio não ingressa em cursos superiores. No entanto, se considerado que o ensino técnico representa um caminho mais curto para o mercado de trabalho, ele também poderia ser um preparatório para o ingresso no ensino superior.

Em um país em desenvolvimento como o Brasil, a dificuldade dos jovens de ingressar no mercado de trabalho ao concluir o Ensino Médio ou mesmo de frequentar um curso superior é acentuada e requer investimentos pesados na qualidade da educação. Assim, o ensino profissionalizante é uma grande proposta de solução para esta questão, visto que se constitui como uma alternativa para conquistar oportunidades de emprego ou de buscar conhecimentos necessários ao empreendedorismo (microempreendedor).

Neste contexto, com o objetivo de identificar de que modo os cursos profissionalizantes do SENAI em nível técnico contribuíram para o desenvolvimento socioeconômico de Jaraguá do Sul no período de 1975 a 2015, buscou-se, a partir de pesquisa de cunho documental, informações,

depoimentos de egressos e dados que serviram de base para a construção da investigação proposta em relação ao referido tema.

Para construir a base da pesquisa, parte-se da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996), que, em seu capítulo III, trata da educação profissional:

Capítulo III

Da Educação Profissional

Art. 39. A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.

Parágrafo único. O aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, bem como o trabalhador em geral, jovem ou adulto, contará com a possibilidade de acesso à educação profissional.

Art. 40. A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.

Art. 41. O conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos.

Parágrafo único. Os diplomas de cursos de educação profissional de nível médio, quando registrados, terão validade nacional.

Art. 42. As escolas técnicas e profissionais, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade. (Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996).

Esta Lei teve o objetivo de regulamentar a educação escolar e também a educação profissional, ofertar cursos a estudantes e profissionais que buscam ter ou ampliar sua qualificação para atuarem no mundo do trabalho, tentando deixar claro sua função nesse mercado, conforme o Decreto 5.154, de 23 de julho de 2004:

A educação profissional, prevista no art. 39 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), observadas as diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação, será desenvolvida por meio de cursos e programas de: formação inicial e continuada de

trabalhadores; educação profissional técnica de nível médio; e educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação. (DECRETO 5.154, de 23 de julho de 2004).

No entanto, a questão da educação profissional é preocupação do governo brasileiro, principalmente a partir do período de 1930 (primeiro governo de Getúlio Vargas – 1930-1945).

Durante este período (1930-1945), a indústria brasileira apresentou crescimento industrial impulsionado por setores da política e da economia que destacavam a industrialização como medida que levaria ao progresso do país, visto que os cafeicultores passaram a investir parte de seus lucros nesse novo modelo de negócio. Para fortalecer a industrialização, o governo criou leis protecionistas para regulamentação do mercado e incrementou a infraestrutura, procurando criar condições para que a indústria brasileira desse um salto em seu crescimento, mesmo que restrito aos grandes centros urbanos da Região Sudeste, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro, utilizando como trabalhadores, na maioria, os imigrantes italianos.

Nesse contexto da industrialização, somado à necessidade de trabalhadores preparados para atuarem nas fábricas, em 22 de janeiro de 1942, foi promulgado o Decreto-lei 4.048, criando o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), com a missão de formar profissionais para a indústria nacional.

Em Jaraguá do Sul, por sua vez, a industrialização teve grande impulso a partir da década de 1950/1960, decorrente da política desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, quando a economia industrial começou a atender à exportação, oportunizando um grande crescimento nesse setor econômico. Neste período, as pequenas indústrias Jaraguenses passam a buscar outras escalas de crescimento para atender ao mercado nacional e às exportações.

Nesse primeiro momento, os trabalhadores dessa indústria eram oriundos do campo e migrantes de outras regiões do país, na sua maioria sem formação para os ofícios. Nessa direção, o município ampliou escolas de ensino primário e secundário, com o objetivo de melhorar e dar formação aos trabalhadores.

Não diferente de seu surgimento em âmbito nacional, foi criado, em Jaraguá do Sul, a fim de atender à necessidade da indústria em ter profissionais preparados, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, em 24 de junho de 1975, como Centro de Treinamento oferecendo cursos de aprendizagem industrial (cursos de formação profissional inicial com objetivos específicos na formação). E, no ano de 1992, em parceria com a escola Técnica Federal, ministrou cursos técnicos. Em 1997, passou a ofertar seus próprios cursos técnicos.

Após essas considerações iniciais, propõe-se a seguinte questão investigativa:

Qual a contribuição do SENAI para o desenvolvimento profissional do egresso do SENAI em Jaraguá do Sul no período de 1975 a 2015?

Esta questão tem como objetivo geral: Identificar de que modo os cursos profissionalizantes do SENAI em nível técnico contribuíram para o desenvolvimento socioeconômico de Jaraguá do Sul no período de 1975 a 2015. Propõe ainda os seguintes objetivos específicos:

- Estudar a criação do SENAI no Brasil e em Jaraguá do Sul e sua relação com a industrialização.
- Identificar como a formação técnica no SENAI contribui(u) para o aprimoramento profissional de seus egressos e para a indústria.
- Pesquisar como os empresários e trabalhadores percebem a contribuição do SENAI para o trabalho que realizam hoje.

O método utilizado será a pesquisa histórica documental, coleta e análise de depoimentos.

A metodologia de pesquisa compreenderá três momentos para embasar o tema central e estruturar a coleta de dados.

1. Fundamentação: pesquisar as principais obras sobre o tema, proporcionando assim embasamento teórico ao pesquisador para fazer as observações e análises necessárias.

2. Análise documental: analisar os documentos e legislação acerca do ensino Profissionalizante no Brasil.

3. Depoimentos: colher depoimentos (questionário) de empresários e dos trabalhadores (egressos de Curso técnico do SENAI) sobre como percebem a contribuição do SENAI para o trabalho que realizam hoje.

Além disso, a fundamentação deste trabalho busca suporte teórico nos autores que escreveram sobre o ensino profissionalizante e/ou produções que tragam contribuições para responder à questão de pesquisa proposta neste trabalho.

Esta base teórica parte de uma pesquisa para identificar produções referentes ao tema. Neste sentido, foram encontrados os seguintes autores: Baumgarten (2004), que registrou a criação e o desenvolvimento do SENAI em Santa Catarina. Silva (1969), por sua vez, descreveu a transição dos modelos de trabalho no Brasil e o surgimento do modelo de educação profissional. Já Manfredi (2002) auxilia na pesquisa apresentando os modelos de trabalho e seu desenvolvimento, relacionando-os à formação, assim demonstrando essa relação de trabalho e educação, o que auxiliará na compreensão do sentido da criação do SENAI.

Dentre os outros autores que foram utilizados como referência está Saviani (2002), que apresenta o desenvolvimento das sociedades humanas baseadas nas transformações trazidas pelo trabalho, o que permitiu relacionar essa questão à educação profissionalizante. Já Frigoto (1999) estabeleceu um paralelo entre a educação profissional, o desenvolvimento social e a divisão do trabalho, o que sustenta as iniciativas da criação da educação profissionalizante no Brasil. Cunha (2005) apresentou os modelos de trabalho, indicando condições para criação de escolas que formassem profissionais, no intuito de atender à indústria.

Na dissertação de Murara (2013), foram encontrados subsídios que relacionam a formação profissionalizante com o Ensino Médio e o ingresso no mercado de trabalho, no contexto de Santa Catarina e de Jaraguá do Sul, uma vez que realizou pesquisa com alunos do SENAI neste município. Na mesma linha, está Castanho (2006), que referencia o trabalho produtivo e as dificuldades em desenvolver um trabalhador formado para atuar na indústria. Já Manacorda (1995) apontou os primeiros movimentos para a criação de escolas que iriam preparar o trabalhador para atuar nas empresas.

Nos documentos oficiais (BRASIL, 1909), constam os decretos de criação das escolas de ofício, servindo de base para apresentar os primeiros modelos educacionais para trabalhadores, as escolas pré-vocacionais.

Outra autora que contribuiu com o seu estudo foi Kuenzer (2007), descrevendo o ensino prático nas escolas para trabalhadores, modelo que o SENAI adotou, além de relacionar tal modelo de educação ao trabalho. Na mesma linha, Gramsci (1998) subsidia esta pesquisa, por abordar a educação nas escolas profissionalizantes voltadas para formação, que vai além do preparo apenas para reprodução, mas para uma formação também cidadã, que prepara o trabalhador além da formação profissional.

Wittaczik (2008), por sua vez, apresenta o sistema S¹ e a criação das escolas profissionalizantes. E, por fim, Schörner (2000), que dedicou parte de seu livro (O arco-íris encoberto) ao desenvolvimento socioeconômico de Jaraguá do Sul e seus trabalhadores, colaborando para estabelecer a relação desses aspectos com o SENAI de Jaraguá do Sul.

Nos documentos do SENAI (1975-2015), foram buscadas, em seus registros institucionais, evidências que mostram seu desenvolvimento e sua relação com a formação profissional para atender aos postos de trabalho que a indústria precisava. No arquivo histórico de Jaraguá do Sul, foram encontradas informações sobre o município nos aspectos histórico, econômico e social, além de sua iconografia. A referência aos documentos apontados permitiu identificar o desenvolvimento industrial e urbano de Jaraguá do Sul e, assim, utilizar esses dados para compreender a criação do SENAI no município e sua expansão.

No capítulo 1, traça-se uma abordagem histórica do ensino profissional a partir da Revolução Industrial. Na sequência, é apresentada a criação do SENAI e a educação profissional em Santa Catarina, com ênfase em Jaraguá do Sul. No capítulo 2, a partir de uma análise da educação profissional de forma geral, destaca-se a relevância dessa modalidade de ensino e sua relação com o desenvolvimento socioeconômico no cenário nacional e no município

¹ Sistema S é o nome pelo qual ficou convencionado o conjunto de onze instituições de interesse de categorias profissionais, estabelecidas pela Constituição brasileira: Indústria, Comércio, Agricultura e Pecuária, Cooperativismo, Transporte, Pequena e Micro Empresas.

estudado. No capítulo 3, são apresentados os depoimentos de 5 empresários do município e de 7 egressos dos cursos do SENAI, procurando verificar como eles avaliam os cursos do SENAI e sua contribuição para os trabalhadores.

E, por fim, nas considerações finais, destaca-se a relevância que o ensino profissionalizante representa para a educação e para o desenvolvimento socioeconômico da região de Jaraguá do Sul.

2. EDUCAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL: UM PANORAMA HISTÓRICO

A educação como impulsionadora do desenvolvimento de um país é uma discussão que vem sendo travada há séculos e inclui a ideia de que o conjunto de habilidades e conhecimentos de uma sociedade pode reverter em benefícios de seus membros. De acordo com Pacheco e Morigi (2012), é a partir da educação que o indivíduo se constrói ao estabelecer relações com o mundo e com os outros, acumulando saberes desenvolvidos pela humanidade. Além disso, segundo os autores, o processo de educação em sua integralidade somente seria possível se os envolvidos nesse processo se compreendessem como cidadãos, cientes de suas limitações e sempre abertos à busca constante por novos conhecimentos. Ainda de acordo com os autores, é a partir da educação que o indivíduo tem consciência de direitos e deveres, permitindo-lhe a condição cidadã e de se tornar um ser atuante no grupo social ao qual pertence.

Paralelamente à ideia da formação pessoal, da busca por conhecimento e da construção da cidadania, a educação como forma de ensinar a trabalhar, produzir materiais e artefatos para a sobrevivência ou para o próprio conforto é uma atividade presente desde tempos remotos nas mais diferentes sociedades. Neste caso, os conhecimentos eram repassados às gerações seguintes de forma empírica, fruto da observação e da prática cotidiana.

Esse pensamento é uma constante na cultura do ocidente, preconizada desde os antigos gregos, que já separavam a atividade de pensar e contemplar como contribuição dos sábios, enquanto o trabalho e as demais atividades era função dos chamados servos. Para Aristóteles (2009, p. 37):

[...] Entre as pessoas que estão em servidão, é preciso contar os trabalhadores manuais que vivem, como indica seu nome, do trabalho de suas mãos e os artesãos que se ocupam dos ofícios sórdidos [...] Não devemos contar entre os cidadãos aqueles que exercem profissões mecânicas ou comerciais, sendo esse gênero de vida ignóbil e contrário à virtude; nem mesmo os lavradores, pois é preciso mais lazer do que eles têm para adquirir virtudes e para o exercício dos cargos civis.

De acordo com Cunha (2005), esta concepção também vigorou durante toda a Idade Média e sustentou, inclusive, a dicotomia atividade mental/intelectual em oposição à atividade física/laboral na sociedade colonial brasileira, trazida pelos jesuítas, colonizadores portugueses e a expansão da escravidão.

2.1 O ENSINO PROFISSIONALIZANTE APÓS A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

No momento em que o homem passou a se apropriar da terra, tornando-a propriedade privada, surgiram as primeiras divisões: os proprietários e os demais que não possuíam terras. Paralelamente, também despontou uma dualidade no sistema educacional, em que, de um lado estavam os indivíduos livres, que recebiam uma educação voltada para as atividades intelectuais, e de outro os escravos e serviçais, aos quais destinava-se uma educação ligada ao trabalho.

Esse processo perdurou fortemente durante o feudalismo. A organização social daquela época estabelecia a maneira como as pessoas se relacionavam e o lugar que ocupavam na sociedade. Durante a Idade Média, este foi um sistema de organização social que estabelecia como as pessoas se relacionavam entre si e o lugar que cada uma delas ocupava na sociedade. As pessoas pouco favorecidas economicamente associavam-se aos proprietários rurais, e para usufruir das terras, eram obrigadas a entregar parte da produção aos senhores proprietários dos chamados feudos. (SILVESTRE, 2011).

De acordo com Mészáros (2005), o ensino, neste período, era destinado a poucos, e somente os filhos dos nobres estudavam, dedicando-se ou à área militar, ou à formação técnica, ou à formação religiosa. Neste caso, a influência

no ensino por parte da Igreja, que se dedicava a ensinar doutrina religiosa, foi marcante. Já a maior parte da população medieval permaneceu analfabeta e não possuía acesso ao ensino.

Com a intensificação do comércio entre feudos, houve também uma diversificação do trabalho, passando de um sistema predominantemente agrário para o desenvolvimento de atividades artesanais (sapataria, tecelagem, marcenaria, ferraria, entre outros). Para vender o excedente da produção, esses profissionais primeiramente organizaram-se em pequenas feiras, que posteriormente passaram a se chamar de burgos, cujos habitantes (ricos comerciantes) eram chamados de burgueses. (MÉSZÁROS, 2005).

Segundo Gramsci (1998), essa nova organização social e econômica fez com que, do fim do período feudal, emergisse uma nova relação entre trabalho e educação: servir de instrumento para viabilizar o conhecimento necessário à burguesia que estava em plena ascensão. Com o surgimento das escolas e universidades, nos séculos XIV e XV, no final da Idade Média, os filhos dos burgueses passaram a ter uma formação mais ampla ou de caráter técnico, em que geralmente prevalecia a dedicação aos conhecimentos e habilidades específicas, tanto intelectuais quanto práticas, voltadas à continuidade das atividades desenvolvidas pela família nas áreas das finanças ou do comércio.

A passagem do sistema feudal para o capitalismo começou no século XIV devido a dois fenômenos históricos paralelos, em que, de um lado estava a produção do campo voltada à produção de matéria-prima para a indústria, e do outro a ascensão da burguesia, movida pelo comércio nas cidades, gerando uma intensa troca monetária.

Para Frigotto (1999), com a aplicação do capital no setor da indústria, surgiu, em meados do século XVIII, na Inglaterra, principalmente, o trabalho assalariado, realçando uma nítida separação de classes: os donos dos meios de produção e os trabalhadores, que apenas tinham a força de trabalho. Com o acúmulo de riqueza por parte da burguesia, esta nova classe passou a investir na produção, processo que é denominado de Revolução Industrial.

A Revolução Industrial, nos séculos XVIII e XIX promoveu significativas mudanças na sociedade, com reflexos diretos na economia, nas relações

sociais e de produção. Este marco divisor na história da humanidade iniciou-se primeiramente na Inglaterra, estendendo-se posteriormente pelo continente europeu.

Com o advento da industrialização, houve a separação do trabalho que criou diferentes aspectos de impacto social, inclusive conforme a ocupação do trabalhador. Em relação à educação, Frigotto (1999) acrescenta que a modernidade modificou o vínculo entre trabalho produtivo e educação com o advento do capitalismo. Nesse processo, a produção se rendeu ao mercado, que assumiu para si a organização da produção e suas relações entre capital e trabalho. Além disso, destaca que o capitalismo estabeleceu regras sobre valores, ideias, teorias, símbolos e instituições, dentre as quais se destaca a escola como local de produção e reprodução de conhecimentos, atitudes, ideologias e teorias que justificam esse novo modo de produção. Para Manfredi (2002), os saberes eram transferidos através de uma educação por meio da observação, da prática e da repetição, assim eram repassados os conhecimentos e as técnicas.

Na chamada Primeira Revolução Industrial, destacam-se a produção industrial têxtil e a siderurgia. De acordo com Peixoto, Oliveira e Maio (2014, p. 03),

A tecnologia característica é a máquina de fiar, o tear mecânico. Todas são máquinas movidas por energia produzida da combustão do carvão, a máquina a vapor. O sistema de transporte característico é a ferrovia e a navegação marítima, cujas máquinas, também são movidas pela energia do vapor do carvão. Junto a isso, a base do sistema de trabalho da Primeira Revolução Industrial é o trabalho assalariado, cujo cerne é o trabalhador por ofício.

As mudanças na estrutura social, política, econômica e cultural, a substituição do trabalho artesanal pelas máquinas, trouxe, conseqüentemente, também uma transformação na educação, que intensificou sua atuação para atender a produção. Assim, a educação também chegou às camadas mais pobres, como forma de capacitar pessoas para determinada área, ou seja, prepará-las para um ofício. (MANACORDA, 1995).

Com isso, surgiu também a necessidade de uma nova escola, que atuasse em favor do crescimento da indústria, garantindo mão de obra

qualificada. Esse desafio incluía, além da instrução dos trabalhadores para uma atuação eficiente quanto às suas funções, a educação para a cidadania e a disciplina, ou seja, os trabalhadores deveriam ser bons cidadãos, eficientes no trabalho e disciplinados, conforme salienta Manacorda (2000, p. 272):

Tentam-se então, duas vias diferentes: ou reproduzir na fábrica os métodos platônicos da aprendizagem artesanal, a observação e a imitação, ou derramar no velho odre da escola desinteressada, o vinho novo dos conhecimentos profissionais, criando várias escolas não só *sermocionales*, mas *reales*, isto é, de coisas, de ciências naturais: em suma, escolas científicas, técnicas e profissionais.

Neste contexto ainda, em decorrência do rápido desenvolvimento da indústria e da exigência crescente de trabalhadores, a escola foi forçada a modernizar-se para formar mão de obra por meio de uma educação tecnicista, dando maior importância a conteúdos técnicos e científicos.

De forma geral, as mudanças na estrutura econômica, política e social provocadas pela Revolução Industrial afetaram significativamente a vida dos indivíduos, inclusive trazendo-lhes como consequências a perda de identidade e alienação. O modelo de educação criado a partir dessa concepção influenciou o ensino técnico no contexto atual, marcado pelas transformações sociais e pelo capitalismo, tornando-se mais prático e tecnicista. (FRIGOTTO, 1999).

Portanto, se de um lado a Revolução Industrial trouxe consideráveis transformações na estrutura e nas relações sociais, ela também promoveu progresso, inovações e avanços tecnológicos dos quais a humanidade não mais se desvincula. No campo da educação, com o processo de industrialização e uma demanda cada vez mais necessária de trabalhadores que pudessem operar as máquinas, necessitava-se de mão de obra qualificada. Neste contexto, a escola passou a ter o propósito de dar os conhecimentos básicos necessários aos alunos, para que estes viessem a ser trabalhadores para a sociedade industrial. (MANACORDA, 1995).

2.2 O ENSINO PROFISSIONAL E TÉCNICO NO BRASIL NO PERÍODO COLONIAL E IMPERIAL

Para compreender a educação profissional e sua trajetória no Brasil, é preciso considerar seus aspectos históricos e as influências externas que esse processo sofreu. Neste sentido, para traçar o caminho da educação no Brasil, serão abordados diferentes momentos históricos do ensino no país, sempre considerando seu vínculo com a profissionalização.

Nesta perspectiva, no período brasileiro vinculado a Portugal, de 1500 a 1822, destacam-se três momentos distintos: a chegada dos jesuítas, as reformas de Marquês de Pombal e a fase da reforma de D. João VI, quando trouxe a corte ao Brasil.

A primeira fase iniciou com a chegada do primeiro governador geral, Tomé de Souza, e os primeiros padres jesuítas sob o comando do Padre Manoel de Nóbrega. Destacou-se entre os primeiros jesuítas José de Anchieta, que após aprender a língua tupi, escreveu inclusive uma gramática nessa língua, usada, a partir de então, nas missões jesuíticas.

A principal missão dos jesuítas era a de converter o índio à fé católica por intermédio da catequese e do ensino de ler e escrever português.

A Ordem dos Jesuítas não foi, entretanto, criada só com fins educacionais; ademais, parece que no começo não figuravam esses entre os propósitos, que eram antes a confissão, a pregação e a catequização. Seu recurso principal eram os chamados exercícios espirituais, que exerceram enorme influência anímica e religiosa ente os adultos. Todavia, pouco a pouco a educação ocupou um dos lugares mais importantes, senão o mais importante, entre as atividades da Companhia. (LUZURIAGA, 1975.)

De acordo com Saviani (2010, p.36-37), a educação indígena era possível para todos. Os conhecimentos eram transmitidos de forma direta na vida cotidiana, com destaque para a experiência dos membros mais velhos das tribos. Após a vinda dos Jesuítas, os índios passaram a ser educados conforme as regras e normas da Companhia de Jesus.

Com a invasão de Napoleão a Portugal em 1807 e a vinda da Corte portuguesa para o Brasil, ocorreram, de fato, mudanças no ensino no país.

[...] a vinda da família real para o Brasil em 1808 – e com o que isso significou em termos de mudanças decorrentes do deslocamento do eixo de dependência do Brasil diretamente de Portugal para o âmbito da Inglaterra industrializada, embora ainda com mediação portuguesa até pelo menos a declaração de independência, - a política industrialmanufatureira do Reino se altera. Já no alvará joanino de 1º de abril de 1808, que permite o livre estabelecimento de fábricas e manufaturas no Brasil. (CASTANHO, 2006, p.10).

A iniciativa em dar formação na Colônia brasileira tinha como objetivo fornecer mão-de obra para o trabalho, principalmente, nos engenhos.

Desde o período colonial, quando um empreendimento manufatureiro de grande porte – por exemplo, os arsenais da marinha – exigia grande aporte de mão-de-obra – não disponível -, o Estado envolvia o trabalho e a aprendizagem compulsória, ensinando ofícios aos menores dos setores mais pobres e excluídos da sociedade: os órfãos, os abandonados, os desvalidos. O padrão foi começar com o ensino de ofícios nos cais, em hospitais, nos arsenais do exército ou da marinha.

(MANFREDI, 2002, p. 76).

De forma geral, a educação no período colonial era destinada a uma minoria pertencente à elite agrária, que traz no seu contexto histórico experiências como o escambo entre nativos e europeus. “Aos outros, que já habitavam este mesmo solo ou que a ele foram trazidos na condição de escravos, não era reconhecido este direito.” (LUCKESI et al., 1998, p. 127).

Neste sentido, a realidade brasileira da época colonial estava centrada no conceito de trabalho manual exercido por índios e escravos, os chamados aprendizes de ofícios. Conforme Castanho (2006, p.3):

O trabalho na sociedade colonial, mesmo quando exercido por indivíduos livres (não escravos), contaminava-se pelo fato de predominantemente ser executado pelos escravos. A escravaria, que de início contava índios e negros, com o passar do tempo passou a ser constituída, quase exclusivamente, pelos negros africanos e seus descendentes. A força de trabalho colonial era formada, portanto, pelos escravos e pelos trabalhadores livres, com a diferença de que no primeiro caso a compra do trabalho era feita com a mediação de terceiros e por tempo indeterminado, enquanto que, no segundo, era direta entre o comprador e o vendedor (mesmo que houvesse a capatazia na intermediação de fato) e por tempo determinado.

Assim, a partir do exame da formação social do Brasil, é possível perceber que a falta de uma educação pública, organizada e acessível a todos (negros, pobres, índios, descendentes de portugueses com outras etnias) no período colonial produziram reflexos nos períodos históricos seguintes.

Posteriormente, em 1821, a Corte voltou a Portugal e, em 1822, o Brasil se tornou independente. Nestes três séculos de colonização, a educação desenvolvida no Brasil foi restrita, primeiramente, a poucos filhos de colonos portugueses e alguns índios. A base da educação até a metade do século XVII apoiava-se nos métodos da educação promovida pelos jesuítas.

No campo da educação, em geral, se considerado o período Imperial até a proclamação da República no Brasil, percebe-se que não houve esforço nesta área. No entanto, como o foco deste estudo é a formação profissional, há de se registrar que, desde os jesuítas, a educação com vínculo ao “saber fazer” era uma atividade destinada a índios, imigrantes pobres, caboclos e escravos. (CUNHA, 2005).

De acordo com Moraes (2016, p. 13-14),

A trajetória da educação no Brasil, desde o período colonial, atravessando a fase do Império e adentrando na República, sempre foi marcada por uma dualidade muito forte no que diz respeito à educação humanista e à educação profissional. A primeira, direcionada aos filhos dos grandes proprietários rurais, dos grandes comerciantes e burocratas que formavam a máquina administrativa do país, com o objetivo de fornecer a esses privilegiados educação e formação que os preparassem, futuramente, para dirigir o país, e a segunda, o ensino de artes e ofícios, quando existia, voltado às camadas pobres da população, incluindo-se nessa categoria os órfãos, os abandonados e os desvalidos.

Basicamente, os conhecimentos adquiridos pelo trabalho e produção necessários à sobrevivência eram transmitidos de geração a geração, geralmente pela repetição e passados pelos mais velhos. Neste sentido, Castanho (2006, p. 3-4) acrescenta:

A educação artesanal desenvolveu-se através de processos não sistemáticos, a partir da experiência direta de jovens aprendizes com seus mestres adultos, na sua oficina, na sua casa, em espaços para tal destinados na fazenda, no engenho, na área da mina etc. O máximo de regulamentação existente nessa modalidade deu-se no âmbito das corporações de ofício, que prescreviam, através de seus ‘regimentos’, como o de Lisboa de 1572, condutas para o aprendizado do futuro oficial.

Assim, o trabalho manual era realizado pelos escravos e por trabalhadores pertencentes às classes populares e, por esse motivo, a formação profissional no Brasil foi considerada exclusividade dos índios,

classes populares, caboclos, portugueses pobres que deveriam saber-fazer. [...] As tarefas dos índios e pretos [...] eram simplesmente a de obedecer, sem questionamento e crítica, aos planos que os senhores lhes preparavam. (LUCKESI et al., 2003, p. 127).

Segundo Sales e Oliveira (2010, p. 2):

[...] o trabalho manual era considerado uma atividade indigna para o homem branco e livre. Atividades artesanais e manufatureiras, como a carpintaria, a serralheria, a construção, a tecelagem, entre outras, eram repudiadas por se tratarem de ocupações de escravos. A discriminação contra esse tipo de atividade e contra aqueles que a desempenhavam levava muitos a rejeitarem determinadas profissões. Isso resultou no trabalho e aprendizagem compulsórios. Os ofícios eram ensinados aos jovens e às crianças que não tivessem opção como aqueles advindos das Casas da Roda, garotos de rua e delinquentes.

Devido a esse pensamento, os ofícios manuais eram destinados a quem não tinha outra opção, ficavam para os desafortunados, pois aqueles que podiam escolher buscavam na educação os caminhos intelectuais ou do comércio.

Como era de interesse a manutenção do modelo econômico extrativista, contraposto ao espírito industrialista, havia uma grande resistência por parte da Coroa Portuguesa em permitir que se implantassem na Colônia estabelecimentos industriais. E, muitos dos que existiam em vários ramos de atividades (fundições e oficinas de ourives, tipografias) foram fechados, provocando a destruição da estrutura pré-industrial existente. (SANTOS, 2000, apud LOPES et al., p. 207).

Quanto ao processo industrial brasileiro, entre 1500 e 1808, Portugal não aceitava a existência de indústrias exceto engenhos e a produção deveria ser artesanal. Essa postura portuguesa se deu devido ao tratado de Methuen, assinado em 1703 com a Grã-Bretanha. Com esse tratado, Portugal deveria consumir os produtos têxteis ingleses. Assim parte desses produtos seriam negociados na colônia.

Com a abolição da escravatura, ocorreram significativas mudanças na sociedade brasileira e foram dados os primeiros passos para o processo de industrialização, que estimulou a saída das pessoas do campo e as levou a se concentrarem em cidades em busca de trabalho. Esse contexto elevou o

crescimento populacional urbano consideravelmente, a ponto de se ter uma oferta de trabalho muito inferior ao número de trabalhadores.

Entretanto, instituições escolares – no sentido moderno da expressão – específicas para o ensino profissionalizante, são muito mais recentes. Assim, diante dos diferentes caminhos que o ensino no Brasil tomou na sua trajetória, tem-se a educação profissional e tecnológica, que merece atenção e uma análise de sua relevância no cenário socioeconômico e na construção da cidadania de jovens e trabalhadores.

2.3 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO PERÍODO IMPERIAL BRASILEIRO E NO INÍCIO DA REPÚBLICA (1930)

No período imperial, devido à desestruturação decorrente da ruptura do modelo Portugal e Brasil colônia até então vigente, inicialmente ocorreram significativas mudanças na política e na economia brasileira. De acordo com Manfredi (2002), a centralização do poder no Brasil com a independência fez com que o governo se responsabilizasse pela própria economia e instituisse outras atividades industriais, além das atividades agroindustriais.

Na educação, esse novo modelo político e econômico resultou na necessidade de formar mão de obra que atendesse essa demanda relacionada à produção. De acordo com Batista (2009, p. 8), a realidade do ensino de ofícios até então incluía:

[...] o alunado artífice era, em sua maioria, órfãos, abandonados e desvalidos. Estes alunos eram formados para atender às necessidades do Estado frente aos empreendimentos manufatureiros, mediante a aprendizagem compulsória aliada ao trabalho, onde os mesmos, no período de três anos, adquiriam noções de escrita, desenho, aritmética, leitura, geometria, etc. Assim como aprendiam determinados ofícios: sapataria, topografia, tornearia, entre outros; deveriam trabalhar nesses ofícios para pagar por seu aprendizado.

Esses educandários eram mantidos por sócios, comerciantes, fazendeiros e, em parte, pela nobreza da época, que tinha como propósito capacitar seus trabalhadores para desempenharem as funções que lhes eram designadas. De acordo com (MANFREDI, 2002, p.78):

Entre 1858 e 1886, foram criados liceus de artes e ofícios nos seguintes centros urbanos: Rio de Janeiro, o primeiro (1858), Salvador (1872), Recife (1880), São Paulo (1882), Maceió (1884), e Ouro Preto (1886). De modo geral, o acesso aos cursos era livre, exceto para os escravos. As matérias que constituíam os cursos eram divididas em dois grupos, o de ciências aplicadas e o de artes. Quanto aos cursos profissionais, eram um número equivalente a cada uma das matérias do grupo de artes.

Ainda, de acordo com a autora, esses liceus se expandiram pelo país posteriormente, criando uma rede de escolas profissionalizantes, de cunho nacional durante a república.

Quanto às práticas educativas, eram financiadas tanto pelo governo quanto pela iniciativa privada,

[...] ao mesmo tempo em que priorizava o preparo de artesãos qualificados e socialmente úteis, pensava-se numa educação assistencialista, visando a formação de trabalhadores e a valorização da pobreza: tornando-a digna. (BATISTA, 2009, p. 7).

E, neste sentido, Manfredi (2002, p. 78) complementa: “Ideológica e politicamente, tais iniciativas constituíam mecanismos de disciplinamento dos setores populares, no sentido de conter ações insurrecionais contra a ordem vigente e legitimar a estrutura social excludente herdada do período colonial.”

Portanto, é explícito que o objetivo do Estado em relação à educação assume, desde o nascimento do capitalismo, função hegemônica, com o propósito de atender aos interesses da classe dominante frente à classe trabalhadora. Além disso, usa o sistema educacional, em especial a educação profissional, para preparar trabalhadores que supram as necessidades do Estado, proporcionando conhecimentos meramente técnicos, geralmente desvinculada de fundamentos que levem a uma reflexão crítica da organização do poder.

Já no final do período imperial, em 1889, logo após a abolição da escravatura, o país contava com um número considerável de fábricas e mais de 50 mil trabalhadores, considerando uma população de aproximadamente 14 milhões de habitantes. A economia era essencialmente baseada em atividades

agrárias e de exportação. Quanto às condições de trabalho, havia “[...] predominância de relações de trabalho rurais pré-capitalistas.” (BRASIL, 2009).

Neste cenário, o então presidente do Estado (equivalente a governador) do Rio de Janeiro, Nilo Peçanha, por meio do Decreto nº 787, de 11 de setembro de 1906, iniciou, no Brasil, o ensino técnico. Foram criadas, naquele momento, quatro escolas profissionais: três de ensino de ofícios, em Campos e Petrópolis, Niterói; e uma de aprendizagem agrícola, em Paraíba do Sul (BRASIL, 2009).

Já a consolidação do ensino técnico-industrial no Brasil ocorreu em 1906, a partir das seguintes ações:

- Realização do Congresso de Instrução que apresentou ao Congresso Nacional um projeto de promoção do ensino prático industrial, agrícola e comercial, a ser mantido com o apoio conjunto do Governo da União e dos Estados. O projeto previa a criação de campos e oficinas escolares onde os alunos dos ginásios seriam habilitados, como aprendizes, no manuseio de instrumentos de trabalho.
- A Comissão de Finanças do Senado aumentou a dotação orçamentária para os Estados instituírem escolas técnicas e profissionais elementares sendo criada, na Estrada de Ferro Central do Brasil, a Escola Prática de Aprendizes das Oficinas do Engenho de Dentro, no Rio de Janeiro.
- Declaração do Presidente da República, Afonso Pena, em seu discurso de posse, no dia 15 de novembro de 1906:
A criação e multiplicação de institutos de ensino técnico e profissional muito podem contribuir também para o progresso das indústrias, proporcionando-lhes mestres e operários instruídos e hábeis. (BRASIL, 2009).

Após assumir a Presidência do Brasil, Nilo Peçanha, por meio do Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, criou inicialmente dezenove Escolas de Aprendizes Artífices, em diferentes unidades federativas, sob a jurisdição do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio. Estas escolas foram destinadas ao ensino profissional primário que eram gratuitos.

De acordo com Wittaczik (2008, p. 67),

[...] essas 19 Escolas de Aprendizes Artífices foram [...] difundidas com o intuito de preparar gerações vindouras para a continuidade dos ofícios, suprindo, assim, o mercado produtivo, dominado pela burguesia emergente, formando profissionais advindos das camadas pobres da população.

Essas primeiras mudanças em relação ao ensino profissionalizante de 1909 mostram justamente a preocupação do Estado para com os filhos dos operários. De acordo com Cunha (2005, p. 141.):

Esta lei determinou a criação de escolas noturnas, na capital e no interior, especificando que elas deveriam localizar-se nas proximidades das fábricas e atenderem, exclusivamente, aos meninos operários ou filhos de operários. A prioridade de instalação dessas escolas seria daquelas que tivessem acomodações oferecidas pelas empresas, e o professor seria sempre provido pelo governo estadual. A articulação com as fábricas deveria se dar, também, na definição do horário escolar.

No ano seguinte, em 1910, foram ofertados, também nessas Escolas de Aprendizes e Artífices, três novos cursos (tornearia, mecânica e eletricidade), além das oficinas de carpintaria e artes decorativas.

Em 1924, no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, foi construída a Escola Profissional Mecânica, primeira iniciativa de ensino metódico de ofícios para as ferrovias. Em 1925, aconteceu a última reforma do ensino secundário na “República Velha”. A reforma foi proposta pelo Ministro João Luís Alves, que buscou implementar o curso secundário seriado, de seis anos de duração, e com frequência obrigatória. O ministro procurava, com essa reforma, ressaltar o aspecto formativo do ensino secundário. No entanto, esse ensino continuou sendo visto como um mecanismo para o ensino superior e de ascensão social. (SANTOS, 2010, p. 209).

Conforme Garcia (2000, p. 6), posteriormente, em 1930, as Escolas de Aprendizes Artífices foram desligadas do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, passando a fazer parte do Ministério da Educação e Saúde Pública. As Escolas de ofícios, até então denominadas de Escolas de Aprendizes Artífices, passaram a ser chamadas de Liceus (1937) e destinadas ao ensino profissional de todos os ramos e graus.

No entanto, no contexto econômico e social do início do século XX, em decorrência das dificuldades na produção no campo, ocorreu o chamado êxodo rural, ou seja, a migração do homem rural para as grandes cidades, que começaram a crescer desordenadamente. Esse processo migratório em busca

de melhores empregos foi impulsionado pelas oportunidades de trabalho oferecidas pelas indústrias e área de serviços, da época.

Além disso, esse crescimento acelerado das cidades agravou também o atendimento da população no campo da educação em geral, uma vez que haviam sido criadas escolas que não atendiam a essa nova demanda. Como as promessas do governo quanto à educação não se concretizaram, surgiram nos estados, intensas discussões a favor de reformas educacionais.

Na década de 1920, foram promovidas várias reformas educacionais. Neste período, o movimento denominado Pedagogia da Escola Nova, que havia nascido na Europa e influenciava também a educação norte-americana, chegou ao Brasil, dando a base para que fosse redigido o Manifesto dos Pioneiros da Educação, em 1932. Este Manifesto defendia a criação de um sistema público de educação (mesmo que em paralelo houvesse o sistema particular), obrigatório e gratuito, garantindo aos escolares brasileiros, uma mesma educação.

A proposta da Pedagogia da Escola Nova incluiu novos valores ao ensino, principalmente na relação professor e aluno. Neste caso, trouxe o educando para o centro das atenções no ensino.

A reforma da educação, com que se instituiu a escola para todos (escola única), organizada à maneira de uma comunidade e baseada no exercício normal do trabalho em cooperação, implantou no Brasil escolas novas para uma nova civilização. [...] quis o Estado preparar as gerações não para a vida, segundo uma representação abstrata, mas para a vida social do seu tempo, sob um regime igualitário e democrático em evolução, transmudando a escola popular não apenas num instrumento de adaptação (socialização), mas num aparelho dinâmico de transformação social. Para este fim, a reforma articulou a escola com o meio social, modificou a sua estrutura, remodelando-a num regime de trabalho e de vida em comum, sob a feição de uma comunidade em miniatura, em que seriam utilizadas as diversas formas de atividade social, que desenvolvem o sentimento de responsabilidade e de cooperação. (AZEVEDO, [1992], p. 17).

É importante destacar que a finalidade pretendida para o ensino profissional nas primeiras décadas do século XX estava voltada à instrução técnica (treinamento), ou seja, fornecer conhecimentos necessários para o exercício de uma profissão, e que fossem aplicáveis na indústria.

2.4 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TÉCNICA A PARTIR DE 1930

Ao analisar alguns aspectos históricos do Brasil, é possível separar a trajetória do país em diferentes momentos. Como o foco deste estudo está voltado para a questão do ensino profissionalizante, esta abordagem é realizada a partir de diferentes recortes associados às mudanças políticas, sociais e econômicas que envolvem transformações e/ou mudanças no rumo da educação e que envolvam o tema em discussão.

Neste caso, este recorte histórico envolve significativas transformações no cenário político, com reflexos tanto na área social quanto econômica. A década de 1930 foi marcada por um crescimento industrial promovido por setores da política e da economia que apontavam a industrialização como uma proposta que levaria ao progresso do país.

Sob o aspecto socioeconômico, o Estado Novo representou uma aliança da burocracia civil e militar e da burguesia industrial, cujo objetivo comum imediato era promover a industrialização do país sem grandes abalos sociais. A burocracia civil defendia o programa de industrialização, por considerar que ele era o caminho para a verdadeira independência do país; os militares, porque acreditavam que a instalação de uma indústria de base fortaleceria a economia – um componente importante de segurança nacional; os industriais, porque acabaram se convencendo de que o incentivo à industrialização dependia de uma ativa intervenção do Estado. [...] A aliança dos setores apontados não significa uma identidade de opiniões. Ao contrário dos técnicos governamentais, os industriais eram menos radicais no apoio ao intervencionismo do Estado e na ênfase contra o capital estrangeiro. (FAUSTO, 2001, p. 201).

Durante o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945), a indústria brasileira apresentou considerável crescimento, conforme o IBGE (1990), “No início do governo Vargas a indústria manufatureira era dominada pelos setores têxtil e de alimentos que, juntos, representavam mais da metade do produto manufatureiro em 1919”. Os cafeicultores passaram a investir parte de seus lucros nesse novo modelo de negócio. Para fortalecer a industrialização, o governo criou leis protecionistas para regulamentação do mercado e incrementou a infraestrutura, procurando criar condições para que a indústria brasileira desse um salto em seu crescimento, mesmo que restrito aos grandes

centros urbanos da região sudeste, principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro, utilizando como trabalhadores, na maioria, os imigrantes italianos.

Ainda nesse contexto, de acordo com Silva (1969, p. 341), é possível apontar que, de fato, o Brasil inicia o ensino profissional: “É somente 30 quando o desenvolvimento econômico do país atinge certo grau de progresso, e a lembrança do trabalho escravo começa a apagar-se, que o ensino profissional pode apresentar condições efetivas de instauração”.

[...] foram criados os Centros de Aprendizagem de Ofícios nos Arsenais da Marinha no Brasil, os quais traziam operários especializados de Portugal e recrutavam pessoas, até durante a noite, pelas ruas ou recorriam aos chefes de polícia para que enviassem presos que tivessem alguma condição de produzir (MEC, 2009, p. 1).

Em 1937, a Constituição brasileira fez referência às escolas vocacionais e pré-vocacionais e que deveriam ficar sob a responsabilidade do Estado, a quem competia, na esfera de sua especialidade, criar, juntamente com as indústrias e os sindicatos econômicos, escolas de aprendizes, que fossem destinadas aos filhos de seus operários e associados (BRASIL, 1937).

Em 1940, houve a amplitude de atendimento com a criação das instituições responsáveis pela formação de mão de obra para os dois principais pilares da economia: a indústria e o comércio. Nesse ano, surgiu o chamado Sistema S, formado por entidades ligadas às Federações das indústrias e do comércio e entidades de classes empresariais.

2.4.1 Criação do SENAI– 1942

Em 1942, Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde, fez a reforma no sistema educacional brasileiro, equiparando o ensino profissional e técnico ao nível médio. Os Liceus Industriais passaram a chamar-se de Escolas Industriais e Técnicas.

A Reforma Capanema (1942 – 1946) foi idealizada no governo Vargas (1930 – 1945) e teve como um de seus objetivos a organização nacional do Ensino Primário, do Ensino Normal, além do Ensino Industrial, do Ensino Comercial e Ensino Agrícola, em 1946. Neste contexto, ocorreu a criação do

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), através do decreto Presidencial, o Decreto-Lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe

confere o art. 180 da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Fica criado o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários.

Art. 2º Compete ao Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários organizar e administrar, em todo o país, escolas de aprendizagem para industriários.

§ 2º Deverão as escolas de aprendizagem, que se organizarem, ministrar ensino de continuação e do aperfeiçoamento e especialização, para trabalhadores industriários não sujeitos à aprendizagem

Art. 3º O Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários será organizado e dirigido pela Confederação Nacional da Indústria.

[...]

Art. 7º Os serviços de caráter educativo, organizados e dirigidos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários, serão isentos de impostos federais.

[...]

Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1942, 121º da Independência e 54 da República.

GETULIO VARGAS

Gustavo Capanema

Alexandre Marcondes Filho

Para entender o histórico e o desenvolvimento do SENAI, foram consultados os registros e informativos da Confederação Nacional da Indústria, disponíveis no *site* <www.portaldaindustria.com.br> e também nos documentos que tratam do SENAI, disponíveis na página do Departamento Nacional <<http://www.portaldaindustria.com.br/senai>>. Ainda foram consultados os seguintes documentos: relatório de pesquisa de egressos, registros escolares acadêmicos da secretaria escolar, relatório de desenvolvimento da FIESC.

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) surgiu com a missão de formar profissionais, capacitando os trabalhadores nos ofícios que atendessem à indústria nacional.

Segundo Manfredi (2002, p.79), “As poucas e acanhadas instituições dedicadas ao ensino compulsório de ofícios artesanais e manufatureiros

cederam lugar a verdadeiras redes de escola [...]”, o que se entendeu como um avanço para a Educação Profissional.

O Decreto estabeleceu que o SENAI fosse mantido com recursos de empresários e administrado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Coube, então, aos empresários Euvaldo Lodi, presidente da CNI naquele momento, e a Roberto Simonsen, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, implantarem o Sistema Nacional de Aprendizagem Industrial.

O SENAI teve sua idealização e criação baseado no modelo implantado nos Centros Ferroviários de Ensino e Seleção Profissional, escolas técnicas criadas por companhias férreas do Estado de São Paulo, instituídas para dar formação aos jovens ferroviários. As primeiras formações tiveram início por volta de 1924, e como os resultados foram positivos, criou-se, em 1931, a Escola Profissional de Sorocaba. Em 1937, já existiam nove centros de formação nesse modelo no estado de São Paulo. Esse modelo de escola preparatória profissionalizante é que serviu de base para a criação do SENAI.

Esses cursos seriam oferecidos para atender à demanda do mercado, ou seja, as demandas requeridas naquele momento da história, ajudando a solucionar situações do chão de fábrica. Conforme Peterossi (1980, p. 69), a diretriz para formação técnica determina a correspondência entre forma de estudo, forma de trabalho e forma de vida, de tal modo que o estudante seja adequadamente preparado para o exercício de uma tarefa produtiva e, ao fazê-lo, realize o tipo de existência mais condizente com as expectativas do desenvolvimento nacional.

Os empresários Euvaldo Lodi, presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), e Roberto Simonsen, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), deram início à formação do SENAI, baseados nesse modelo, considerado de grande sucesso na formação do trabalhador e no atendimento das necessidades da indústria.

Paralelamente à criação do SENAI, no ano de 1943, foi criada a Lei Orgânica do Ensino Comercial:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, DECRETA A SEGUINTE:

Lei Orgânica do Ensino Comercial

[...]

Art. 1º Esta lei estabelece as bases de organização e de regime do ensino comercial, que é o ramo de ensino de segundo grau, destinado às seguintes finalidades:

1. Formar profissionais aptos ao exercício de atividades específicas no comércio e bem assim de funções auxiliares de caráter administrativo nos negócios públicos e privados.
2. Dar a candidatos ao exercício das mais simples ou correntes atividades no comércio e na administração uma sumária preparação profissional.
3. Aperfeiçoar os conhecimentos e capacidades técnicas de profissionais diplomados na forma desta lei.

[...]

(BRASIL, 1943).

Posteriormente, em 1946, foram criados o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), o Serviço Social do Comércio (SESC) e o Serviço Social da Indústria (SESI).

Desde a sua criação, o SENAI, além do Estado de São Paulo, passou rapidamente a atender várias regiões do Brasil, com destaque a esse crescimento no período da década de 1950 com a política desenvolvimentista impulsionada pelo então Presidente Juscelino Kubitschek. Para atender à demanda industrial na formação do trabalhador brasileiro, o SENAI chegou a levar seus professores para buscar formação no exterior. A educação profissional do SENAI serviu inclusive como modelo para escolas profissionais de países vizinhos da América Latina (SENAI, 2007).

Na década de 1960, o SENAI ampliou sua oferta de cursos, diversificandoa para todas as áreas da indústria, não mais tão restrito a atender o setor metalmeccânico, mas ampliando para as indústrias automobilísticas, do vestuário, alimentícia, químico etc. Para isso, ampliou a parceria com as indústrias e aumentou significativamente o treinamento nas empresas. Além disso, também firmou parcerias com os Ministérios da Educação, do Trabalho e com o Banco Nacional da Habitação.

Na década de 1980, essa instituição ampliou seu foco de atuação para enfrentar a crise daquele período, expandindo a assistência às empresas, através de parcerias financeiras e tecnológicas com instituições de ensino da Alemanha, Canadá, Japão, França, Itália e Estados Unidos (SENAI, 2007).

Em 1990, paralelamente, o Sistema S ampliou sua atenção com a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), do Serviço Nacional do Transporte (SENAT - 1988), do Serviço Nacional de Apoio ao Cooperativismo (SESCOOP) e do Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (SEBRAE).

A partir desse crescimento, para atender a indústria brasileira, por meio de apoio tecnológico e formação para os trabalhadores da indústria, na década de 1990, o SENAI se firmou como a maior escola de formação técnica das Américas, ampliando seu atendimento no campo da tecnologia de processos e de produtos para atender também às áreas de gestão.

Nesse crescimento, considera-se também o atendimento do SENAI em países como a Guatemala e Haiti, que somado ao atendimento no Brasil levou em 2014, a Organização das Nações Unidas (ONU) a apontar o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial como uma das três mais importantes instituições para alcance do objetivo de assegurar educação de qualidade entre os integrantes da Cooperação Sul-Sul – mecanismo de países emergentes do hemisfério destinado a dar respostas conjuntas a desafios comuns. (SENAI, 2007).

Esse crescimento no atendimento da demanda da indústria para a formação profissional do trabalhador é apontado nos relatórios de matrículas apresentados pela Confederação Nacional da Industrial (CNI) entre os anos de 2002 e 2015.

Tabela 1 – Evolução das matrículas por modalidade – 2002 a 2006

	Formação de Tecnólogos	Habilitação Profissional	Aprendizagem Industrial	Aperfeiçoamento Profissional	Qualificação Profissional	Total
2002	3.021	43.385	43.396	1.446.119,00	509.256	2.045.177
2003	4.352	46.277	58.396	1.324.379	484.959	1.918.363
2004	5.054	48.827	73.268	1.246.031	612.005	1.985.185
2005	6.143	52.578	79.679	1.555.154	636.365	2.329.919
2006	7.329	58.367	86.373	1.182.514	696.092	2.030.665

Fonte: CNI (2017)

Na tabela 1, pode-se observar que o atendimento do SENAI em grande escala se deu nas modalidades de Aperfeiçoamento e Qualificação

Profissional. Nessas modalidades de Ensino, a formação é específica em uma determinada área de atuação profissional, na qual os cursos ofertados atendem às especificidades da função do trabalhador.

Tabela 2 – Evolução das matrículas por modalidade – 2004 a 2008

	Iniciação Profissional	Aprendizagem Industrial	Qualificação Profissional*	Curso Técnico em Nível Médio	Aperfeiçoamento Profissional	Graduação	Pós-Graduação	Total
2004	//	73.268	612.005	48.827	1.246.031,00	5.054	//	1.985.185
2005	//	79.679	636.365	52.578	1.555.154	6.143	//	2.329.919
2006	//	86.373	696.092	58.357	1.182.514	7.329	//	2.030.665
2007	//	94.316	777.689	60.032	1.237.664	6.227	//	2.175.928
2008	209.940	98.262	798.616	137.651	1.222.837	10.127	4.824	2.482.257

Fonte: CNI (2017)

Na tabela 2, percebe-se que o SENAI amplia seu atendimento na modalidade de Pós-Graduação e a Habilitação profissional torna-se Ensino Técnico em Nível Médio, formação em que o trabalhador passa a receber para atuar em mais áreas do setor produtivo.

Tabela 3 – Evolução das matrículas por modalidade – 2005 a 2009

	Iniciação Profissional	Aprendizagem Industrial	Qualificação Profissional	Curso Técnico em Nível Médio	Aperfeiçoamento Profissional	Graduação	Pós-Graduação	Total
2004	//	79.679	636.365	52.578	1.555.154,00	6.143,00	//	2.329.919
2005	//	86.373	696.092	58.357	1.182.514	7.329	//	2.030.665
2006	//	94.316	777.689	60.032	1.237.664	6.227	//	2.175.928
2007	229.940	98.262	798.616	137.651	1.222.837	10.127	4.324	2.482.257
2008	426.251	112.846	686.719	155.526	999.024	14.141	4.334	2.398.841

Fonte: CNI (2017)

A tabela 3 apresenta o direcionamento do SENAI em ofertar o Ensino Tecnológico e a Pós-Graduação, que foi ampliado significativamente em um ano, fazendo com que o Ensino Técnico também tenha crescido, mantendo o aluno na instituição.

Tabela 4 – Evolução das matrículas por modalidade – 2006 a 2010

	Iniciação Profissional	Aprendizagem Industrial*	Curso			Pós-Graduação	Total
			Qualificação	Técnico Profissional em Nível Médio	Aperfeiçoamento		
2006	//	86.373	696.092	58.357	1.182.514	//	2.030.665
2007	//	94.316	777.689	60.032	1.237.664	//	2.175.928
2008	209.940	98.262	798.616	137.651	1.222.837	4.824	2.482.257
2009	426.251	112.846	686.719	155.526	999.024	4.334	2.398.841
2010	561.364	135.760	377.298	147.997	1.121.608	6.572	2.362.312

Fonte: CNI (2017)

A tabela 4 apresenta uma diminuição nas matrículas referentes à Qualificação Profissional e um grande aumento na modalidade da Aprendizagem Industrial. Esse crescimento é decorrente da criação da Lei da Aprendizagem, número 0.097/2000, juntamente com o Decreto Federal nº 5.598/2005. Essa Lei determina que as empresas tenham entre 5% a 15% de jovens aprendizes, podendo ser estagiários ou estudantes em instituições que possuam e/ou ofertem formação na modalidade.

Tabela 5 – Educação profissional e tecnológica – 2015

Produção total: matrícula e aluno-hora		Brasil
		Realizado 2015
Total	Matrícula Aluno-hora	3.415.058 354.306.119
Educação para o trabalho	Matrícula Aluno-hora	1.302.301 25.285.747
Iniciação Profissional	Matrícula Aluno-hora	1.302.301 25.285.747
Formação Inicial	Matrícula Aluno-hora	736.093 191.568.464
Aprendizagem Industrial Básica	Matrícula Aluno-hora	237.046 120.906.710

Fonte: CNI (2017)

Os números apresentados na tabela 5 demonstram o volume de atendimento do SENAI em nível de país, ou seja, um crescimento significativo em número de matrículas e aluno-horas.

Tabela 6 – Educação profissional e tecnológica – geral – 2015

		Brasil	
Produção total: matrícula e aluno-hora		Realizado 2015	
Total	Matrícula	3.415.058	
	Aluno-hora	354.306.119	
Qualificação Profissional Básica	Matrícula	526.047	
	Aluno-hora	70.661.754	
Educação Técnica de Nível Básico	Matrícula	270.247	
	Aluno-hora	98.148.323	
Industrial	Matrícula Aprendizagem	9.642	
	Aluno-hora	5.131.117	
Habilitação técnica	Matrícula	260.605	
	Aluno-hora	93.017.206	
Cursos superiores	Matrícula	24.210	
	Aluno-hora	7.507.695	
Graduação Tecnológica	Matrícula	511.415	Aluno-hora 5.452.331
Graduação Bacharelado	Matrícula	2.338	Aluno-hora 1.169.830
Pós-Graduação Especialização	Matrícula	6.565	
	Aluno-hora	782.309	
Pós-Graduação Mestrado	Matrícula	224	
	Aluno-hora	35.191	
Extensão	Matrícula	3.527	
	Aluno-hora	52.106	
Formação Continuada	Matrícula	1.055.207	
	Aluno-hora	31.795.890	
Aperfeiçoamento Profissional	Matrícula	1.055.207	
	Aluno-hora	31.795.890	

Fonte: CNI (2017)

Já a tabela 6 apresenta números totais das áreas de atendimento do SENAI, também demonstra outras modalidades de formação ofertada de maneira específica em parceria com outras instituições de Ensino. Esses números não representam grande volume, demonstrando que a oferta de formação para o trabalhador é a principal linha de atendimento da instituição, assim focando o setor produtivo das indústrias.

Tabela 7 – Matrículas em Educação a Distância – 2015

Brasil	
Destaques	Realizado 2015
Matrículas em EAD	1.226.761
Iniciação Profissional	1.133.087
Aprendizagem Industrial Básica	190
Qualificação profissional Básica	15.894
Habilitação técnica	4.370
Pós-Graduação Especialização	1.545
Extensão	646
Aperfeiçoamento Profissional	71.029

Fonte: CNI (2017)

A tabela 7 demonstra que o SENAI buscou acompanhar os modelos de oferta de ensino, sem mudar o foco em atender os trabalhadores da indústria, dando início também à oferta de cursos na modalidade em EAD.

A partir dos dados apresentados, é possível perceber que há um crescimento gradativo e significativo no número de matrículas no período analisado. Destaca-se também a Educação a Distância, que é uma modalidade de ensino em expansão.

Já na década de 1990, a Lei n.º 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, tira da educação profissional o caráter assistencialista, dando a ela oportunidade como ferramenta de inclusão social através da certificação profissional.

A educação profissional, prevista no **art. 39 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996** (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), observadas as diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação, será desenvolvida por meio de cursos e programas de: formação inicial e continuada de trabalhadores; educação profissional técnica de nível médio; e educação profissional tecnológica de graduação e de pósgraduação. (BRASIL, 1996).

Em 2008, com a Lei n.º 11.741/2008, a educação profissional e tecnológica é definida em seu formato e sua oferta. Assim foi criado o termo Educação Profissional e Tecnológica, com o objetivo de redimensionar e integrar a educação técnica de nível médio, de jovens e adultos, tecnológica dentro dos diferentes níveis das dimensões do trabalho, ciência, tecnologia e cultura.

O SENAI é uma instituição privada de interesse público, sem fins lucrativos, que atende hoje por meio de parcerias públicas e privadas. Destacamos que foi a instituição de ensino que mais atendeu ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), na vigência do programa. A relevância dessa informação cabe pelo grande atendimento na formação de técnicos e na qualificação dada aos trabalhadores da indústria.

A instituição atende seu público em algumas modalidades, tanto na formação como na forma de pagamento. Quanto ao pagamento, os estudantes podem ser os próprios clientes, podem ter bolsas de estudos cedidas pela CNI ou atendidos por programas do Governo Federal. Também podem ser atendidos no sistema regimental, em que os custos dos alunos são subsidiados pelo repasse das indústrias ao Sistema S, que tem por objetivo formar trabalhadores em fase inicial e na manutenção do sistema.

Nas modalidades de atendimento, há os Cursos de Aprendizagem Industrial, destinados aos jovens de 14 a 24 anos, tendo como característica ser um programa de formação profissional inicial. Nesta modalidade, os estudantes são contratados pelas empresas, em sua maioria, no período em que estão realizando o curso. Esse programa atende ao público em geral, porém há também turmas fechadas para as indústrias. Neste caso, a empresa, para atender o programa do menor aprendiz, fecha turmas inteiras específicas.

O processo de entrada nesses cursos é por meio das empresas, que realizam reservas de vagas nos cursos de seu interesse e depois fazem a contratação do jovem aprendiz, que, em alguns momentos, realizam seus estudos no SENAI e em outros executam atividades na indústria. Essa modalidade é fundamentada na Lei n.º 10.097/2000, sendo que no Sistema S, além do SENAI, há o SENAC, o SENAR e o SENAT, que são instituições que também oferecem essa modalidade, cujo maior objetivo é preparar o jovem para seu primeiro emprego, familiarizando-o com o cotidiano do trabalho, além de lhe dar uma formação e titulação específicas para iniciar sua vida profissional.

A Aprendizagem Industrial realiza um resgate social, oportunizando aos jovens de baixa renda uma formação e um pagamento durante o período dos estudos, além de uma grande maioria ser efetivado na empresa ao término do programa.

Outra modalidade de atendimento educacional do SENAI é o Ensino Técnico em nível do Ensino Médio, sendo que o aluno pode realizá-lo de maneira concomitante, articulado ou como pós-médio.

O Ensino Técnico Profissionalizante, junto com sua Aprendizagem Industrial, foi o que deu identidade ao SENAI como a maior escola de educação profissional da América.

O Ensino Técnico tem duração de 2 anos, e possui suas regulamentações nos decretos e pareceres descritos a seguir.

- Parecer CNE/CEB nº 17/97, Parecer CNE/CEB nº 02/97, estabelece as diretrizes operacionais para a educação profissional em nível nacional.
- Parecer CNE/CEB nº 02/97, dispõe sobre os programas especiais de formação pedagógica de docentes para disciplinas do currículo do ensino fundamental, do ensino médio e da educação profissional em nível médio.
- Parecer CNE/CEB nº 16/99, trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico.

- Parecer CNE/CEB nº 40/2004, trata das normas para execução de avaliação, reconhecimento e certificação de estudos previstos no Artigo 41 da Lei nº 9.394/96 (LDB).
- Parecer CNE/CEB nº 39/2004, trata da aplicação do Decreto nº 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio.
- Decreto nº 5.154/2004 trata da articulação da Educação Profissional Técnica de nível médio ao Ensino Médio.
- Parecer CNE/CES nº 277/2006, aprovado em 7 de dezembro de 2006, prevê nova forma de organização da Educação Profissional e Tecnológica de graduação.
- Parecer CNE/CEB nº 11/2008, aprovado em 12 de junho de 2008, propõe a instituição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio.

E as resoluções:

- Resolução nº 02, de 26 de junho de 1997, dispõe sobre os programas especiais de formação pedagógica de docentes para as disciplinas do currículo do ensino fundamental, do ensino médio e da educação profissional em nível médio.
- Resolução CNE/CEB nº 04/99, institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico.
- Resolução CNE/CEB nº 1, de 21 de janeiro de 2004, estabelece Diretrizes

Nacionais para a organização e a realização de Estágio de alunos da Educação Profissional e do Ensino Médio, inclusive nas modalidades de Educação Especial e de Educação de Jovens e Adultos.

- Resolução CNE/CEB nº 4, de 27 de outubro de 2005, inclui novo dispositivo à Resolução CNE/CEB 1/2005, que atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto nº 5.154/2004.

- Resolução nº2, de 4 de abril de 2005, modifica a redação do § 3º do artigo 5º da Resolução CNE/CEB nº 1/2004, até nova manifestação sobre estágio supervisionado pelo Conselho Nacional de Educação.
- Resolução nº 1, de 3 de fevereiro de 2005, atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto nº 5.154/2004.
- Resolução CNE/CEB nº 4, de 16 de agosto de 2006, altera o artigo 10 da Resolução CNE/CEB nº 3/98, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.
- Resolução CNE/CEB nº 3, de 9 de julho de 2008, dispõe sobre a instituição e implantação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio.
- Resolução CNE/CEB nº 1, de 27 de março de 2008, define os profissionais do magistério, para efeito da aplicação do art. 22 da Lei nº 11.494/2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.

Essas regulamentações permitiram ao SENAI regularizar seus cursos e formatar sua maneira de ofertar e atender.

Com base na legislação em vigor, que regulamenta o Ensino Técnico no Brasil e no catálogo Nacional de Cursos Técnicos, o SENAI desenvolve os projetos e perfis dos seus cursos técnicos.

Para formatar os cursos, o SENAI, por meio do Departamento Nacional, instituiu o Comitê Técnico Setorial, formado por membros do SENAI, da Indústria, de Sindicatos, de Associação e/ou Órgão de Classe, Meio Acadêmico e Poder Público, que procuram definir os Perfis Profissionais com base em competências, os denominados Desenhos Curriculares. Após esse processo, elabora-se o projeto de curso, que é encaminhado para aprovação pelo conselho do SENAI/DR, que é a sede da Direção Regional de cada estado.

A figura 1 representa os grupos que participam da formatação dos cursos ofertados pelo SENAI, além da instituição. Pode-se observar a participação de entidades externas.

Figura 1 – Organização do Comitê Técnico Setorial do SENAI



Fonte: SENAI/DN (2015)

Nas modalidades ofertadas pelo SENAI, há também cursos de formação inicial (cursos de curta duração, destinado à execução de trabalhos específicos, por exemplo, curso de assentador de azulejos), e qualificação profissional, oferecidos para as empresas, com o objetivo de suprir a necessidade de formação específica de curta duração. Esses cursos são oferecidos a estudantes a partir de 16 anos, tendo a formação básica completa ou incompleta. Além disso, atende a empresas, a convênios governamentais e a alunos individuais. A oferta desses cursos ocorre *in loco* (nas empresas) ou nas Unidades do SENAI.

Buscando atender cada vez mais as demandas da indústria, o SENAI passou a oferecer cursos superiores nas áreas de tecnologia.

3 A CRIAÇÃO DO SENAI NA DELEGACIA REGIONAL SUL, EM SANTA CATARINA E EM JARAGUÁ DO SUL

Como já enunciado anteriormente, o SENAI foi criado em 1942, por meio do Decreto-Lei nº 4048, em função da necessidade da indústria brasileira de desenvolver mão de obra qualificada em decorrência do aumento exponencial do processo de industrialização que envolvia o país. Diante do cenário político e econômico da época, Euvaldo Lodi criou, em São Paulo, escolas e serviços, que posteriormente foram sendo implantados em vários polos industriais do sul do país.

Como não havia tempo para construir escolas novas, os cursos foram organizados em outras entidades, fábricas e locais improvisados. Os professores foram recrutados sem maiores exigências, na própria indústria e também em outras instituições, porque esse tipo de mão de obra era escasso no país.

3.1 CRIAÇÃO DO SENAI NA DELEGACIA REGIONAL SUL

Em 1943, começou a funcionar, de maneira autônoma, a Delegacia Regional Sul do SENAI, na cidade de Curitiba - PR, integrando os estados do Paraná e Santa Catarina, criando assim a chamada 7ª região (BAUMGARTEN, 2004).

O engenheiro Ivo Cláudio Pícolli foi escolhido para dirigir a divisão de Ensino do Departamento Nacional, mas foi substituído pelo professor Flausino Mendes da Silva, que tinha uma visão eminentemente acadêmica e pedagógica. Ele se dedicou a implantar as escolas e também se envolveu nas questões administrativas, como a aquisição e o planejamento da construção de novas unidades, contando com o apoio do seu braço direito Antônio Theolindo Trevisan, que era o chefe da Divisão de Ensino.

Várias cidades do Paraná e Santa Catarina foram escolhidas para sediar as novas escolas, como Curitiba, Ponta Grossa, Rio Negro, Londrina,

Florianópolis, Joinville, entre tantas outras nesses dois estados, porque estavam em franco desenvolvimento. Na época, havia 2.127 estabelecimentos industriais no Paraná, contando 49.681 trabalhadores. Desse total, somente 8.229 eram considerados como qualificados. Em 1944, havia apenas 6 núcleos de aprendizagem funcionando nas cidades de Curitiba, Ponta Grossa, Florianópolis, Joinville, Blumenau e Criciúma (BAUMGARTEN, 2004).

Naquela época, de acordo com Baumgarten (2004), havia um preconceito de que quem ingressasse em um curso no SENAI participava de um ato heroico, pois era necessário adaptar as necessidades de treinamento à falta de uma base curricular formal, idades e interesses completamente diferentes, acomodando ainda os interesses das indústrias das mais variadas regiões onde as escolas foram instaladas. Essa situação foi superada graças à boa vontade de todos os envolvidos no processo.

Em 1945, foi criado o Serviço Médico Social da 7ª Região do SENAI, com o objetivo de oferecer atendimento médico aos trabalhadores de baixa renda. Porém, eles enfrentaram várias dificuldades, como a falta de recursos, instalações inadequadas e falta de profissionais capacitados para esse atendimento. Nessa época, também foram realizadas várias atividades para corroborar a visão do sistema SENAI de ver a pessoa treinada como um ser integral, cujas necessidades ultrapassam a mera capacidade de absorver um ofício (BAUMGARTEN, 2004).

Em 1947, por exemplo, 24 alunos receberam o diploma de operários capacitados nas áreas de tornearia mecânica, corte e costura, marcenaria, ajustagem e alfaiataria. Além destes, outros 62 alunos receberam os certificados dos cursos extraordinários (de formação rápida) nas áreas de tornearia mecânica, marcenaria, motores de explosão, mecânica de rádio, solda e serralheria.

Além das dificuldades para a construção de novas escolas em função da falta de financiamentos, o ritmo de trabalho do Departamento Regional surgiu com a legislação criada na época que proibia o trabalho de menores de 21 anos em minas.

Em 1948, a Delegacia Regional da 7ª Região foi transformada em Departamento, contando, a partir disso, com um Conselho e o professor Flausino passou a ocupar o cargo de Diretor Regional. Em 1950, o SENAI passou a contar com mais duas escolas de Aprendizagem, em Londrina-PR e Tubarão-SC (FIESC, 2015).

Nesse mesmo ano, surgiu a Federação das Indústrias de Santa Catarina, mas só foi oficialmente reconhecida em 1953, e, por isso, passou a ter o direito de organizar e dirigir um Departamento Regional. Após uma década de existência, o Departamento Regional da 7ª Região foi desdobrado por meio da Portaria nº 33/53, permitindo que o Estado de Santa Catarina se desligasse da delegacia Regional do Paraná. Esse foi o marco histórico da criação do SENAI Santa Catarina.

3.2 CRIAÇÃO DO SENAI EM SANTA CATARINA

Em 1954, o SENAI passou a existir e a funcionar efetivamente em Santa Catarina, conduzido inicialmente pelo Sr. Alcides de Abreu, que comandou a 15ª

Região a partir de então. A chefia de ensino foi conduzida pelo professor José Carlos Gubert, que foi auxiliado por um Conselho de indústrias na tomada de decisões. Nessa época, o Estado contava com uma mão de obra estimada em 18 mil trabalhadores, que precisavam de qualificação especializada.

Com uma vocação clara para a indústria, Santa Catarina necessitava de mão de obra competente para permitir a sua expansão. Neste cenário, o Estado apresentava grande impulso em diferentes áreas. De acordo com Baumgarten (2004, p. 26), estavam:

[...] em franco funcionamento iniciativas industriais nas áreas de alimentação, vestuário, construção e mobiliário, indústria extrativista, de fiação e tecelagem, de artefatos de couro e de borracha, joalheria e lapidação, fabricação de vidro, cristais e espelhos, metalúrgicas, mecânicas e do material elétrico, instrumentos musicais e brinquedos, transportes, comunicações e de pesca, porém sem haver uma profissionalização adequada, sendo conduzida em sua grande maioria de forma empírica.

Apesar da grande diversidade de atividades industriais, o SENAI contemplava apenas uma pequena parcela de segmentos e ofícios requisitados pelas empresas do Estado, como ajustagem, tornearia mecânica, solda, eletricidade, ferraria, marcenaria, carpintaria, alfaiataria, corte e costura, serralheria, caldeiraria, funilaria, mineração e eletricitista instalador.

Os funcionários do SENAI tiveram, no ano de 1954, a oportunidade de realizar estágios em diversas outras unidades do país, visando ao aprimoramento e ao aperfeiçoamento de sua própria qualificação, para fazer frente ao novo panorama que se desenhava em Santa Catarina. Essa primeira década foi promissora e correspondia às exigências do desenvolvimento do estado.

Em 1956, o SENAI de Santa Catarina colocou em funcionamento um novo setor, o de treinamento para menores no próprio local de trabalho (na indústria) e, em dezembro desse ano, já contava com 214 aprendizes inscritos, distribuídos em 70 programas diferentes e desenvolvidos em 33 empresas. Outra atividade que também ganhou ênfase à época foi o desenvolvimento de capacitações técnicas, o que permitiu que a formação oferecida se tornasse menos amadora e mais profissional (FIESC, 2015).

Em 1957, o SENAI de Santa Catarina já comemorava seus primeiros resultados com a instalação do escritório regional do TWI (*Training Withing Industry*), que era um sistema americano especializado em treinamento de mão de obra. Em função do enorme sucesso e aceitação dos empresários dessa metodologia, os próprios industriais passaram a formar seus próprios instrutores. Nos anos que se seguiram, houve muitas adesões de empresas ao SENAI por meio de acordos de aprendizagem no próprio local de trabalho.

Em 1959, 133 alunos receberam seus certificados e cartas de ofício, o que significou um aumento de 75% sobre o total de profissionais qualificados alcançado no ano anterior. Em 1960, por iniciativa da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), foi deflagrado o Plano de Reequipamento das escolas do SENAI, que começou a colher os primeiros resultados já no ano de 1961, quando todas as escolas já se encontravam equipadas com novas máquinas e ferramentas importadas (CNI, 2015).

Em 1961, Celso Ramos foi eleito governador do Estado de Santa Catarina e, com seu apoio, o SENAI recebeu um grande incremento em suas ações, porque a instituição era muito apreciada pelo recém-eleito governador do Estado. Após uma década de muito trabalho, o SENAI já tinha escolas em Joinville, Blumenau, Criciúma e Tubarão, contando com aproximadamente 600 alunos. Lages ainda atendia alunos de cursos preliminares e Criciúma mantinha suas atividades em um ginásio, o que totalizava mais 100 alunos (FIESC, 2015).

Por outro lado, o Serviço Especial de Treinamento nas Indústrias (SETI) tinha agências funcionando nas cidades de Lages, Florianópolis, Brusque, Blumenau, Joinville e Lages, com mais de 5.000 aprendizes. O sistema se espalhou rapidamente por 266 programas diferentes e era desenvolvido em 260 empresas. Já o TWI estava consolidado e abrangia mais de 30 municípios nas principais empresas do estado (FIESC, 2015).

Para atender às demandas da indústria em qualificar seus trabalhadores, o SENAI buscou preparar seus professores, e apesar da maioria não possuir especialização, buscou através “Experiência Equivalente”, o que atribuía à experiência equivalente aos cursos de capacitação e aprimoramento então disponíveis aos seus docentes. Essa classificação também foi reconhecida pelo Governo Federal na categorização dos profissionais que desenvolviam os programas do SENAI (BAUMGARTEN, 2004).

A primeira década de funcionamento do SENAI foi marcada por uma pesquisa com o intuito de identificar a situação da industrialização catarinense e suas conclusões indicaram que, em 1964, o Estado tinha sua população distribuída em 191 municípios e 370 distritos, que compreendiam nove regiões geoeconômicas, assim distribuídas: Norte, Planalto Norte, Litoral, Sul, Planalto, Serra, Meio – Oeste, Oeste e Florianópolis. A renda do Estado estava assim distribuída: 54% do setor primário, 20,8% do setor secundário e 28,8% do setor terciário e registrava um crescimento na ordem de 4% ao ano na década de 1960 (FIESC, 2015). Ficou evidente que o estado não tinha um desenvolvimento mais expressivo em função da falta de infraestrutura, como estradas, pouca disponibilidade de energia e a inexistência de crédito. A partir dessa conclusão, o SENAI se consolidou como órgão gerador de mão de obra

cada vez mais qualificada para enfrentar os novos desafios que as empresas catarinenses enfrentavam.

A segunda década (1960) foi marcada por uma série de novos convênios com outras instituições que agregaram valor às suas muitas atividades acadêmicas. Em 1965, o SENAI firmou um convênio com o Ministério da Educação e Cultura, visando à formação de operários através da Campanha Nacional de Especialização Industrial deflagrada por esse órgão. Nesse mesmo ano, o SENAI firmou convênio com a Associação Comercial e Industrial de Jaraguá do Sul, para obter auxílio na qualificação do ensino profissional dos aprendizes das empresas da cidade (FIESC, 2015).

Por outro lado, Joinville também deu início à construção de uma nova ala na escola do SENAI para atender à demanda da seção mecânica de automóveis, que foi concluída em 1967. Em 1966, entrou em funcionamento a escola do SENAI na cidade de Tubarão por iniciativa da Companhia Siderúrgica Nacional, com o objetivo de oferecer oportunidade de qualificação profissional aos funcionários dessa empresa, com os cursos de ajustador e mecânico eletricitista.

Em 1967, o SENAI promoveu duas grandes exposições em Joinville e Blumenau, apresentando as realizações da entidade e um painel com as suas realizações ao longo dos seus 25 anos de existência. Nesse mesmo ano, o SENAI celebrou um convênio com a Fundação Tupy S.A., para a formação de uma escola técnica em parceria entre as duas entidades (CNI, 2015).

Já na década de 1970, com o crescimento exponencial do país, o Estado de Santa Catarina teve nas indústrias grande crescimento. Com isso, houve a necessidade em ter trabalhadores preparados. Nesse momento, o SENAI Santa Catarina contava com uma pequena equipe de técnicos para atender a todas as regiões. Desde o início, a parceria com a indústria foi a característica do SENAI, como exemplo foram os trabalhos com empresas como a WEG, a ElectroAltona, Karsten, Teka, Tigre, Consul, entre tantas outras, que estavam se desenvolvendo. Na década de 1970, Santa Catarina já contava com 7.000 estabelecimentos industriais, o que colocava o Estado coma a mais representativa do sul do país. E, para dar conta de profissionalizar todo esse

contingente de trabalhadores, o SENAI firmou convênios com várias entidades, incrementando os vários programas até então existentes.

O SENAI teve sua face alterada na década de 1970, porque três fatos relevantes o mudaram: Bernard W. Werner assumiu a presidência da FIESC; Alcides Abreu deixou o cargo de Diretor Regional do SENAI; a criação da Lei 5692/71, que profissionalizou o ensino de segundo grau (FIESC, 2015).

Entre os anos de 1972 e 1974, a FIESC, nesse período presidida por Werner Ricardo Voigt, buscou atender 40 mil trabalhadores da indústria catarinense por meio de seis programas, compreendendo aprendizagem nos centros de formação profissional e no emprego, treinamento e aperfeiçoamento de pessoal de empresa, formação de técnicos de nível médio, formação de auxiliares técnicos e desenvolvimento de pessoal para supervisão, média e alta gerência. Nesse momento, foi criado em Jaraguá do Sul o centro de treinamento, em decorrência da necessidade de atender as empresas locais, segundo o que foi estabelecido pela FIESC.

Em 1973, a economia catarinense atingiu o patamar de 16,3%, superando o desempenho do ano anterior. O produto industrial duplicou e o consumo de energia aumentou 80%, assim como aumentou a demanda por mão de obra qualificada e a escassez passou a ser a regra. Para superar esses desafios, o SENAI aumentou a capacidade dos Centros de Formação Profissional de Joinville e Blumenau e implantou dez novos centros de treinamento em cidades com grande potencial industrial (FIESC, 2015).

Segundo Baumgarten (2004, p.90),

Todos os programas em funcionamento foram expandidos e incrementados, e a melhoria e reforço dos equipamentos de todos os centros tornaram-se uma meta perseguida exaustivamente. O resultado não se fez esperar, e ainda em 1973, o SENAI atingiu 134.570 trabalhadores atendidos nos seus diversos programas.

Em 1974, o Estado contava com pelo menos 300 estabelecimentos industriais, empregando mais de 100 mil trabalhadores e todos necessitavam de conhecimento e treinamento permanentes. Por isso, a atuação do SENAI era cada vez mais vital para a indústria catarinense.

No ano de 1976, foram inaugurados os Centros de Treinamento de

Joaçaba e Caçador, além da ampliação dos Centros de Chapecó, São Bento do Sul, Itajaí, Grande Florianópolis, Jaraguá do Sul, Joinville e Blumenau. Em 1977, foram iniciadas as construções dos Centros de Treinamento nas cidades de São José e Rio do Sul. O foco do SENAI estava na expansão de sua base física, com o objetivo de atender às demandas do crescimento da indústria catarinense.

O SENAI de Santa Catarina foi o precursor na elaboração de um Projeto para a implantação de um centro de desenvolvimento de pessoal abrangendo toda a Região Sul, pois as escolas necessitavam de novos e melhores técnicos e instrutores. Em 1979, o número de matrículas do SENAI nos cursos de aprendizagem, qualificação e habilitação profissional alcançou o expressivo volume de 1.774 alunos (FIESC, 2015).

Na década de 1980, o então Ministro da Educação, o catarinense Jorge Bornhausen, destinou investimentos ao SENAI para viabilizar a construção de laboratórios e equipamentos para as escolas, incrementando os cursos técnicos. Esse investimento viabilizou vários convênios com escolas e universidades do Brasil e de vários países para a troca de experiências e tecnologia, permitindo uma expansão significativa na oferta de diversos cursos no Estado.

Em 1983, o SENAI, com o Projeto Sentenciados, levou os cursos de marcenaria, estofados, tipógrafo, alfaiate, sapateiro e vassoureiro aos apenados das Penitenciárias de Florianópolis e Chapecó. Esse mesmo convênio permitiu a capacitação de soldados para que tivessem a oportunidade de retornar à vida civil. Neste ano, com esse convênio e com os cursos oferecidos em outras escolas do SENAI, o número global de matrículas atingiu a cifra de 19.444 alunos (FIESC, 2015).

Em 1984, o SENAI completou 30 anos em Santa Catarina e, por isso, foi realizado um balanço completo das suas atividades e dos resultados obtidos ao longo das três décadas de existência da entidade. Esse balanço permitiu identificar que o SENAI e as indústrias precisavam de ambas para coexistirem.

Enquanto o SENAI precisava da indústria como emuladora das suas ações e estratégias, esta mesma indústria tinha alcançado índices de competição e melhoria significativos graças às ações do SENAI, tanto na qualificação profissional quanto na modulação do novo pensamento empresarial catarinense. (BAUMGARTEN, 2004, p. 110)

Em 1984, o contingente de trabalhadores estava assim constituído: 61,60% empregados, 25,38% autônomos, 2,21% empregadores, 10,29% não remunerados e 0,52% sem declaração de ocupação. Isso demonstrou claramente que o SENAI acompanhara o desenvolvimento da indústria catarinense a partir de 1950 e que respondeu de forma satisfatória às necessidades e desafios que se apresentaram ao longo dos anos (FIESC, 2015).

Em 1985, o SENAI firmou um convênio com a Universidade Regional de Blumenau – FURB para ofertar o primeiro curso de Pós-Graduação dirigida aos profissionais de Administração de Recursos Humanos aos próprios funcionários do SENAI. Além disso, ofertou vagas a outros candidatos das empresas que tivessem curso superior e que fossem ocupantes de cargos de primeiro escalão na área de RH das empresas. Essa ação marcou definitivamente a entrada do SENAI na qualificação profissional.

No ano de 1986, o SENAI, dentro do programa de Aprendizagem Metódica no Próprio Emprego (AMPE), organizou um Manual de Orientação e formulários de acompanhamento, o que permitiu a operacionalização de 80 acordos de aprendizagem em 16 municípios no estado. Além disso, também inaugurou a Unidade Móvel de Saneamento para ministrar cursos de analistas de água, operadores de Estações de Tratamento de Água (ETA) e Noções de Comandos Elétricos para estações elevatórias nas cidades de Chapecó, Joaçaba, São José, Videira e Florianópolis (FIESC, 2015).

Para atender às demandas de capacitação dos profissionais e o aumento das necessidades do parque industrial da região de Blumenau, o SENAI realizou, em 1987, o 1º Congresso Nacional de Tecnologia da Confecção e, em função dele, foi elaborado o projeto para implantação de Escola Técnica Têxtil naquela cidade, cuja ênfase era a formação de supervisores de primeira linha para as empresas da região.

Em 1987, o SENAI já contava com 423 colaboradores, distribuídos em todas as regiões do Estado. Em 1988, tinha 32.746 trabalhadores matriculados ou candidatos a emprego na indústria catarinense. O total de alunos que se formaram no SENAI naquele ano somaram 51.501. A década de 1980 terminou de forma triste, porque a economia brasileira estava emperrada e o povo brasileiro estava tão pobre quanto no início desse período. Na época, foram implantados sete planos de estabilização da moeda, treze políticas salariais diferentes e as regras de câmbio mudaram 17 vezes. Essa década foi marcada pela existência de quatro moedas distintas e o cenário de crescimento da produção industrial brasileira ficou em apenas 1,2% ao ano. A inflação acumulada no período era de 41.380.490,98% fazendo com que os preços dos produtos fossem multiplicados por 413 mil vezes. O SENAI, apesar desse cenário devastador, procurou fazer sua parte para contribuir com o crescimento e o desenvolvimento da indústria brasileira (CNI, 2015).

Em 1990, o atendimento do SENAI já era expressivo, pois de cada mil trabalhadores catarinenses, 108 passaram pelo SENAI. Este buscava atender à indústria catarinense, oferecendo novos cursos, reestruturando unidades de formação profissional e realizando outros projetos. Também firmou convênios com empresas e entidades de outros países (Alemanha, Estados Unidos, países da África e da América Latina), visando à qualificação profissional para fazer a diferença nesse quadro recessivo.

Em 1992, o SENAI promoveu a universalização da educação do então Primeiro Grau, através da criação de cursos para egressos desse nível de escolaridade, no ensino profissionalizante criando mais de 110 mil vagas.

No final de 1992, o SENAI tinha por objetivo a ampliação do número de matrículas para 5.000 em 1993. Os cursos oferecidos por essa entidade tinham por objetivo permitir uma maior empregabilidade dos egressos das qualificações, tornando-os mais atraentes para a população economicamente ativa do estado.

Em 1994, o SENAI inaugurou o Centro de Tecnologia em Automação e Informática (CTAI) na cidade de Florianópolis. Ao longo dos seus 40 anos, o SENAI de Santa Catarina estava afinado com as tendências mundiais e procurava se adaptar aos novos paradigmas que mudavam rapidamente, com a

nova ordem econômica mundial, fundamentada no desenvolvimento tecnológico.

O ano de 1995 começou com mais uma importante conquista para a instituição no Estado, com a inauguração do Centro de Tecnologia em Cerâmica na cidade de Criciúma, cujo objetivo era de incrementar a competitividade do setor. Nesse mesmo ano, o CTAI iniciou cursos de segundo grau e técnico em informática industrial, em convênio com a Escola Técnica Federal de Santa Catarina. Também inaugurou um laboratório de *utilizabilidade* para serviços de *software*, implantação de selo de qualidade, engenharia ergonômica de interfaces e consultoria para configuração de equipamentos para compra e licitação, em conjunto com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Esse ano também foi marcado pelo convênio com a Fundação Certi – Fundação

Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras, por meio da Fundação Cristiano Ottoni, para preparar 35 consultores para implantação de sistemas de qualidade total (FIESC, 2015).

O SENAI também firmou convênio com a Universidade do Contestado para realização do segundo curso de pós-graduação em nível *Lato Sensu* em Produtividade e Qualidade Total, na cidade de Porto União. Neste mesmo ano, foi criada a Bolsa de Oportunidade de Serviços e Emprego do SENAI, cujo objetivo era cadastrar as vagas disponíveis no mercado e os candidatos às mesmas para incrementar o preenchimento delas (BAUMGARTEN, 2004).

Em 1996, o SENAI iniciou a implantação dos Programas de Certificação da Qualidade através das séries ISO 9000. Neste mesmo ano, o CTAI conquistou o primeiro certificado de Centro Nacional de Tecnologia, o que conferia a este centro o título de Centro de Referência em sua área de atuação.

Em 1997, matricularam-se 1.500 alunos nos seus cursos técnicos. Nesse mesmo ano, a instituição conseguiu a aprovação do projeto para o desenvolvimento do Curso Superior de Tecnologia em Automação Industrial pelo CTAI, entrando definitivamente na educação superior. Esse ano também foi marcado pela modalização dos cursos técnicos e a implantação do Ensino a Distância, em parceria com a Rede Brasil Sul, rede de jornal e TV(RBS). Os cursos a Distância foram oferecidos por meio de encartes no Diário

Catarinense, nas áreas de atendimento ao público, código de defesa do consumidor, direção defensiva, meio ambiente, qualidade e produtividade, segurança do trabalho e tecnologia ambiental.

Em 1997, o SENAI promoveu curso de reciclagem para cerca de 3.000 juízes, promotores e serventuários que se aperfeiçoaram por meio dos cursos de 5S², Lean³. Também, nesse mesmo ano foi firmado um convênio com a Secretaria de Estado e Desenvolvimento Social e da Família e com o Ministério do Trabalho para oferecer 1.918 cursos com a participação de mais de 33 mil alunos (FIESC, 2015).

Nesse mesmo ano, o SENAI conseguiu obter a certificação ISO 9002 para sede do Departamento Regional, os Centros de Educação e Tecnologia de Rio do Sul, Caçador, Criciúma e Jaraguá do Sul. Uma parceria estabelecida nesse mesmo período foi firmada com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para a implantação de incubadoras de base tecnológica para gestar iniciativas empreendedoras nas mais diversas áreas de ação, viabilizando a geração de novos negócios.

Em 1998, foi inaugurado, em Joinville, o Midiville, para integrar incubadoras e centros e tecnologia vocacionados (local destinado, dentro do SENAI, para o desenvolvimento de tecnologia e de novas empresas). Nesse ano, o Sr. Sérgio Roberto Arruda assumiu a direção regional do SENAI de Santa Catarina, promovendo várias mudanças com a criação de indicadores metodológicos de acompanhamento relacionados com o orçamento e sistemas de gestão. Essa ação permitiu que houvesse um aumento significativo na autossustentação das unidades e um crescimento no número de alunos. “A demanda de cursos do SENAI passou a ser versátil e os cursos só se sustentavam enquanto houvesse mercado de trabalho e clientela.” (BAUMGARTEN, 2004, p. 152). Essa visão tinha por objetivo adequar a entidade às necessidades das indústrias catarinenses, respondendo de forma rápida e eficaz aos apelos dos industriais.

² Ferramenta de qualidade que utiliza uma metodologia japonesa, chamada de 5S devido à primeira letra de cinco palavras japonesas: *Seiri* (utilização), *Seiton* (arrumação), *Seiso* (limpeza), *Shitsuke* (disciplina) e *Seiketsu* (higiene).

³ Sistema de gestão focado na redução de desperdício, diminuição de tempo de espera, eliminação de processos.

A globalização da economia e a necessidade de modernização do parque fabril exigiram o estabelecimento de um novo perfil industrial, que demandava empresas mais competitivas, qualitativas e de base tecnológica. Por isso, o SENAI passou a revisar o perfil profissional de suas capacitações profissionais. Nesse ano, conseguiu a certificação pela ISO 9001 em onze unidades operacionais, o credenciamento do laboratório de Metrologia Elétrica do CTAI no INMETRO e a Rede Brasileira de Calibração. Além disso, recebeu o Prêmio *Top Marketing* para o projeto de Educação a Distância desenvolvido em parceria com a RBS TV. Foi inaugurada também a Unidade Móvel de Motonáutica e Mecânica Diesel para ofertar cursos de pequenos reparos em barcos, inclusive em alto mar. Nesse mesmo ano, o SENAI passou a ofertar, por meio da internet, o curso de Gestão da Qualidade para profissionais da América Latina e Caribe aos interessados em conhecer os fundamentos desses sistemas.

Em 1999, os investimentos da instituição estavam focados em desenvolvimento de tecnologias, como nanotecnologia, controle numérico das máquinas e automatização de processos, no atendimento às empresas e à comunidade com atividades relacionadas à educação profissional, assessoria técnica e tecnológica e pesquisa aplicada, atendendo às necessidades do novo milênio que se apresentava. Nesse mesmo ano, o SENAI estabeleceu o contrato de gestão, em que os diretores de cada região se comprometiam a cumprir as obrigações, atribuições e responsabilidades de cada parte interessada.

Os principais objetivos dos contratos de gestão eram comprometer os recursos com a obtenção de resultados estrategicamente planejados, atribuir aos gestores responsabilidades claras pela execução de projetos e resultados obtidos, possibilitar a participação nos resultados, com foco nos indicadores de desempenho, a obtenção de um percentual de autossustentação, além do resultado líquido, a satisfação da clientela e a certificação da qualidade. (BAUMGARTEN, 2004, p. 156).

Em 1999, também foram inaugurados o Centro de Tecnologia do Vestuário, em Blumenau, e o Centro de Tecnologia em Eletromecânica, em Joinville, com o propósito de desenvolver um novo padrão tecnológico e competitivo na cadeia produtiva do Estado. Neste mesmo ano, foi elaborado o

Projeto Político Pedagógico da instituição, no qual foram estabelecidos os fundamentos filosóficos de sua nova proposta educacional. Esse documento permitiu a identificação do SENAI, o diagnóstico de suas ações e necessidades, a organização curricular, a fundamentação teórica da proposta pedagógica e as finalidades, seus objetivos e compromissos educacionais.

Em 2000, uma série de acontecimentos marcou a entidade, com a inauguração de novos centros de treinamento, convênios com várias instituições, desenvolvimento de vários eventos de projeção estadual e nacional e a criação de novos cursos técnicos e tecnológicos. Neste mesmo ano, o SENAI de Santa Catarina alcançou a marca de 1 milhão de alunos matriculados em mais de 50 cursos técnicos e 13 de nível superior. Outro registro importante da época é que cerca de 92% de seus egressos se encontravam empregados (SENAI/DN, 2015).

Em 2001 e 2002, a instituição ampliou suas atividades nas áreas de educação profissional e serviços técnicos e tecnológicos, o que proporcionou uma elevação nos níveis de competências no desenvolvimento dos colaboradores, na modernização e ampliação do parque tecnológico, na elaboração de projetos estratégicos nacionais, regionais e estaduais, obtenção do reconhecimento do MEC para diversos cursos de tecnologia e do Conselho Estadual de Educação para os cursos técnicos. Além disso, investiu na melhoria da qualidade dos produtos e serviços e no incremento das incubadoras de base tecnológica.

Em 2002, o SENAI implantou o projeto de Práticas Pedagógicas de Ensino por Competências para seus docentes, visando avaliar os alunos pelas competências adquiridas em relação ao perfil profissional desejado. “A competência é o somatório do conhecimento acumulado do aluno, habilidades em realizar as tarefas necessárias para a profissão que escolheu e atitudes que adota como profissional.” (BAUMGARTEN, 2004, p. 165).

Essa nova concepção tinha por objetivo superar a fragmentação por meio da interdisciplinaridade e contextualização dada aos conhecimentos. Desta forma, o currículo foi organizado em temas que abrangiam várias áreas do conhecimento para atender o perfil profissional de conclusão. Nesse período, foram capacitados nessa nova metodologia, cerca de 90% de seu

corpo docente. Nesse mesmo ano, o SENAI/SC obteve a autorização para ofertar o Ensino Médio articulado com a educação profissional em quatro unidades operacionais. Em 2003, estas unidades implantaram o modelo desenhado de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, conforme a Lei 9.394/96. (SENAI/DN, 2015).

O SENAI também criou um programa gratuito de iniciação profissional que permitia ao aluno do primeiro ano do Ensino Médio conhecer o mercado de trabalho e escolher com mais facilidade o curso técnico que cursaria a partir do segundo ano.

No ano de 2003, ocorreu a ampliação da estrutura física de várias unidades operacionais espalhadas pelo Estado. Nesse mesmo ano, foi criado o Programa de Avaliação da Qualidade do Produto, visando avaliar a qualidade dos cursos de educação profissional e de serviços técnicos e tecnológicos do SENAI, além de implantar ações de incremento dessa qualidade.

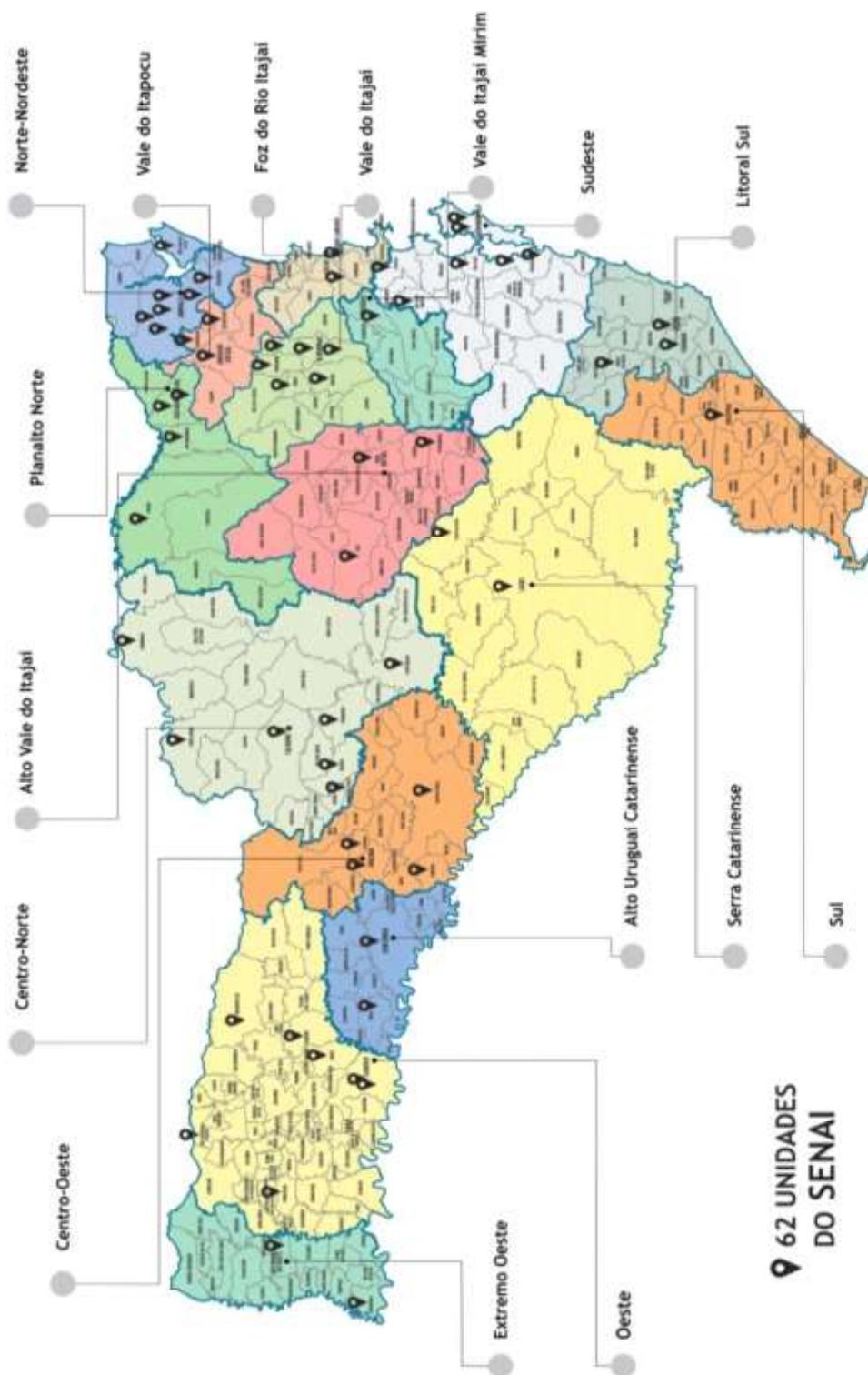
Em 2003, também 2.000 alunos participaram dos cursos de Aprendizagem Industrial, aumentando as suas possibilidades de inserção no mercado de trabalho em 24 áreas de conhecimento diferentes. Neste mesmo ano, o SENAI/SC recebeu a autorização para ofertar 24 novos cursos, alcançando a marca de 116 cursos aprovados pelo Conselho Estadual de Educação - CEE/SC. O número de cursos superiores de Tecnologia chegou a 23, sendo 16 próprios em 9 Centros de Educação Tecnológica credenciados pelo MEC, e os outros 16 eram mantidos em parceria com outras Universidades. A primeira turma de um curso próprio a se formar no ensino superior de Tecnologia foi a de Automação Industrial na unidade do CTAI, em Florianópolis (FIESC, 2015).

Ainda nesse mesmo ano, o SENAI/SC recebeu autorização do Conselho Nacional de Educação para realizar cursos próprios de pós-graduação *Lato Sensu* em nove Centros de Educação Tecnológica, bem como autorização para ofertar o Ensino Médio articulado em mais cinco unidades. Este curso tinha a matriz curricular e a proposta pedagógica focadas na educação por competências, empregando projetos integradores e de contextualização para garantir o vínculo entre a educação propedêutica e o mundo do trabalho (BAUMGARTEN, 2004).

Em 2004, o SENAI/SC completou 50 anos de atividades, contando com cerca de 50 mil matrículas por ano, sendo que 15 mil realizaram cursos de longa duração nos níveis básico, técnico e tecnológico. A atual proposta da instituição está focada no incremento da competitividade dos segmentos industriais já consolidados e no apoio ao desenvolvimento de novas atividades econômicas. O SENAI se propõe a oferecer subsídios para que as empresas se desenvolvam tecnologicamente, o que é disseminado por meio de serviços como assessoria técnica e tecnológica, ensaios laboratoriais, pesquisa aplicada, difusão da informação tecnológica e educação profissional.

Os cursos do SENAI/SC privilegiam a articulação entre a teoria e a prática e a perspectiva de geração de trabalho e renda aos egressos de seus cursos de todos os níveis de qualificação, porque acredita que pessoas qualificadas são a chave do sucesso das empresas e, por isso, o investimento no capital humano é fundamental para qualquer sociedade.

Com o objetivo de ampliar o atendimento no estado, o SENAI, em 2017, está distribuído em oito regiões do Estado, totalizando 57 unidades, apresentado na figura 2, próxima página (SENAI, 2015).



Fonte: FIESC (2017) Figura 2 – Unidades de SENAI

3.3 O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO E A CRIAÇÃO DO SENAI EM

JARAGUÁ DO SUL

Em Jaraguá do Sul, a industrialização tem seu grande expoente a partir da década de 1950/1960, decorrente da política desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, quando a economia industrial começou a atender a exportação, oportunizando um grande crescimento nesse setor econômico. As pequenas indústrias Jaraguaenses passaram a buscar outras escalas de crescimento, para atender ao mercado nacional e as exportações.

Naquele momento da história eram necessários profissionais para desenvolver processos industriais, era uma formação voltada para atender a prática do mercado de trabalho, que fossem responsáveis para operar as tecnologias enquanto o engenheiro ficaria com a parte de produzir novas tecnologias. (BRANDÃO, 2006).

Nesse primeiro momento, os trabalhadores dessas indústrias eram oriundos do campo e migrantes de outras regiões do país, na sua maioria sem formação para os ofícios.

Para abordar a criação do SENAI em Jaraguá do Sul, primeiramente será apresentado um breve histórico do processo de industrialização do município.

3.3.1 Breve histórico da industrialização de Jaraguá do Sul

O município de Jaraguá do Sul localiza-se a nordeste do estado de Santa Catarina, com ligação ferroviária e rodoviária ao Porto de São Francisco do Sul (SC), cerca de 60 km, dista 40 km da BR 101, 161 km de Curitiba e 247 km do Porto de Paranaguá (PR), fatores que auxiliaram o escoamento industrial da cidade.

Em 1870, a Lei Federal nº 1904 permitiu a demarcação de terras devolutas do Grão-Pará (Orleans) e em Joinville, pertencentes a Princesa Isabel e seu marido, o Conde D'Eu.

Para realizar as demarcações, foi contratado o engenheiro e coronel honorário do Exército Brasileiro, Emilio Carlos Jourdan, que, em 1875, realizou a medição e o tombamento de 25 léguas quadradas no Vale do Itapocu e no

Rio Negro. A medição era necessária para a posse da terra e também somente dessa maneira os príncipes poderiam vendê-la.

Nesse mesmo período, Emilio Carlos Jourdan realizou o arrendamento de 430 hectares de terras da Princesa Isabel, passando a ocupar os lotes, com o uso de trabalhadores livres e escravos. Desenvolveram nas terras arrendadas um engenho de cana, de fubá, de mandioca, uma olaria e uma serraria. Essa ocupação deu origem ao Estabelecimento Jaraguá, localizado na época, entre os rios Itapocu e Jaraguá.

Com a proclamação da República (1889), as terras tornaram-se de domínio da União e foram entregues ao Departamento de Terras e Colonização, para que fossem colonizadas pelo Estado. Esse processo de colonização trouxe para a região os primeiros grupos de estrangeiros, entre eles alemães, italianos, húngaros e poloneses.

Em 1895, o Coronel Emilio Carlos Jourdan solicitou ao Governador do Estado de Santa Catarina, Hercílio Pedro da Luz, a concessão de 10.000 hectares de terras da Colônia Jaraguá, no que obteve êxito. Assim, Jaraguá foi instituída como o 2.º Distrito de Joinville no ano de 1895 e, no mesmo ano, foi criado o Distrito de Paz.

Na imagem, a seguir, aparece a primeira ponte que ligou o rio Itapocu entre as margens, uma das maneiras de escoamento dos produtos do município. Figura 3– Primeira ponte sobre o rio Itapocu em Jaraguá do Sul



FONTE: Arquivo histórico de Jaraguá do Sul

No ano de 1900, estabeleceram-se as primeiras indústrias no município, que surgiram de maneira diversificada nos ramos de cerveja, malhas, sucos e serrarias. Mas, o marco para o desenvolvimento industrial do município ocorreu com a chegada da estrada de ferro (1907), que auxiliou e permitiu, em escala e custos, a chegada de matéria-prima e o escoamento da produção industrial do município.

As indústrias surgidas entre 1920 e 1950 em Jaraguá (malharias, refrigerantes, matéria-prima para alimentos, máquinas para artefatos de cimento, dínamos e motores) não estão ligadas, com raras exceções, ao sistema [colônia-venda]⁴, sendo que a partir do final dos anos 30 e início dos anos 40, a venda passa a ser muito mais uma casa de varejista que atende às necessidades da população [...] (SCHÖRNER, 2000, p.25).

Entre os anos de 1920 e 1930, foram fundadas as grandes indústrias em Jaraguá do Sul: Empresa Reunidas (alimentícia), João Marcatto (roupas e chapéus), FAMAC (motobombas e motores elétricos), que posteriormente transformou-se em Kolbach (motores elétricos), Grupo Weege (empresa têxtil – Malwee). Essa industrialização trouxe consigo a primeira grande migração do campo para cidade, acontecendo a urbanização central da cidade e o surgimento das vilas de trabalhadores urbanos, sem deixar de ter uma população numericamente maior na área rural.

No entanto, Jaraguá do Sul continuava a ser um município rural, com quase 80% da população morando no campo, haja vista que o Censo Demográfico de 1940 acusava 3.660 casas para uma população de 19.385 (83%) pessoas. Na área urbana, eram registradas 960 casas e uma população de 4.110 pessoas (17%). Em 1950, a população da cidade era de 27.240 habitantes, sendo que 4.812 (18%) moravam na cidade e 22.428 (82%) moravam no campo (SCHÖRNER, 2000, p.86).

Com a industrialização, o centro urbano começou a atrair mais pessoas, em um primeiro momento, para o comércio e para trabalhar. Dessa maneira, a cidade começou a tomar ares de cidade urbanizada.

⁴ Colônia-venda – termo utilizado para designar local que vende produtos da colônia.

Nesse caminho, em 1934, ocorreu a instalação do município com o nome de Jaraguá do Sul, pelo Decreto Estadual n.º 565 e n.º 941, efetivado pela Lei n.º 348, de 21 de junho de 1958.

O aumento da população ocorreu conforme o desenvolvimento industrial. No censo de 1912, a cidade tinha uma população de 8.000⁵ habitantes e, em 1916, essa população era de 17.748⁶.

Nesse primeiro momento, os trabalhadores dessas indústrias eram oriundos do campo e migrantes de outras regiões do país, na sua maioria sem formação para os ofícios.

Até a primeira metade do século XX, a economia em Jaraguá do Sul era movida pela agricultura e comércio, sendo o início da atividade industrial posterior a esse período (SCHÖRNER, 2000).

Num primeiro momento, os operários das indústrias trabalhavam em turnos nas empresas e, no contraturno, realizavam os trabalhos em suas propriedades agrícolas, de policultura e familiar, conforme relata Schörner (2000, p. 89): “Os *Worker-peasants*, é a categoria analítica que designa os camponeses que tem emprego regular fora da agricultura, mas continuam trabalhando nela nos períodos que não estão na fábrica”.

Essa característica foi importante no desenvolvimento da indústria local, pois esses trabalhadores tinham na indústria uma maneira de ganho extra, visto que sua renda e suas necessidades de moradia e alimentação vinham de suas propriedades.

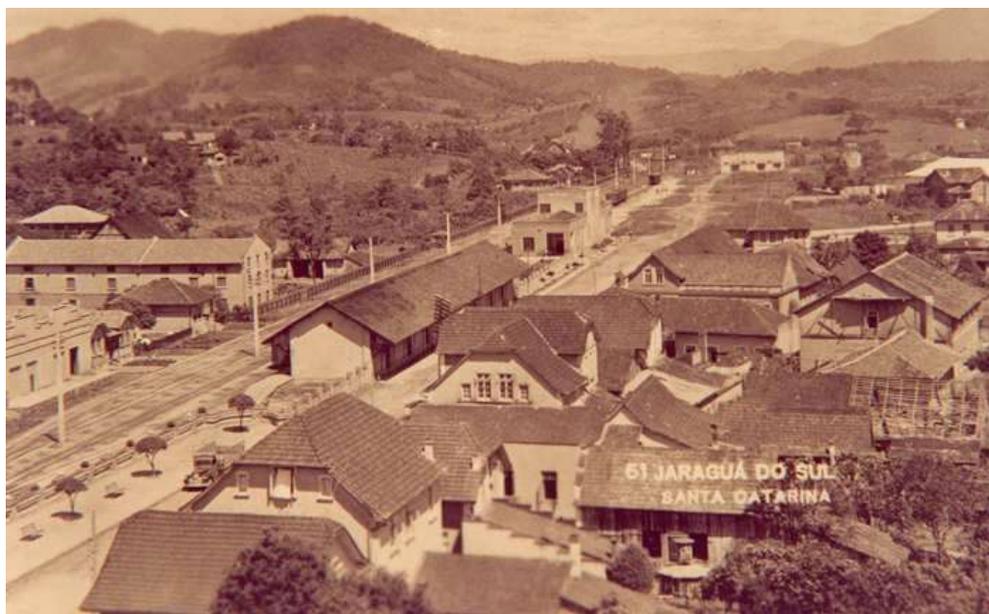
Os trabalhadores não tinham formação específica para exercer as funções industriais e nem educação formal, em sua grande maioria. As técnicas de trabalho e as funções a serem desenvolvidas eram ensinadas nas fábricas e o aprendizado também ocorria na prática.

Muitos fatores possibilitaram as características do município: o modelo de colonização, a construção da estrada de ferro e o tipo de trabalhador da indústria. Nos anos 40, a cidade tomou ares de município, com chegada da

⁵ Dados publicados no Jornal A Gazeta do Comércio, de Joinville, em 2 de setembro de 1906. ⁶ Dados do recenseamento geral, realizado pela Diretoria Geral de Estatísticas (Santa Catarina - 1920).

energia elétrica e a iluminação pública no centro, recém-formado no entorno da estação de trem, conforme imagem da época.

Figura 4 – Vista de Jaraguá do Sul da década de 1940



FONTE: Arquivo histórico de Jaraguá do Sul

Com o crescimento urbano, populacional e industrial, a cidade passou por mudanças. Além disso, o desenvolvimento do campo gerou um aumento na oferta de mão de obra, cujo crescimento atraiu também novos trabalhadores.

A indústria, que empregava trabalhadores sem experiência, passou a ter necessidade de pessoas com mais conhecimento, objetivando melhorar seus produtos. Acompanhando essas mudanças, foram também criadas escolas no município.

Na sequência, será descrita a criação do Centro de Treinamento do SENAI em Jaraguá do Sul.

3.3.2 A fundação do SENAI em Jaraguá do Sul

Com o crescimento industrial em Jaraguá do Sul e o aumento em número dos trabalhadores, foi criado, no município, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, em 28 de maio de 1975, como Centro de Treinamento, oferecendo cursos de aprendizagem industrial (cursos de formação profissional inicial com objetivos específicos), buscando atender à necessidade da indústria em ter profissionais preparados.

Figura 5 – Inauguração do SENAI em 28 de maio de 1975



Fonte – Acervo SENAI de Jaraguá do Sul

Para análise, será feito um recorte de dez em dez anos sobre o desenvolvimento do SENAI em Jaraguá do Sul, objetivando mostrar sua relação e contribuição com o desenvolvimento econômico da cidade, por meio da formação do trabalhador industrial.

Os primeiros cursos de aprendizagem ofertados pelo SENAI de Jaraguá do Sul foram o curso de Mecânico Geral e de Ajustador Mecânico, na área de Metalmeccânica. Esses cursos atendiam à indústria da área metalúrgica, como as empresas Kolbach, WEG e Menegotti. Iniciaram e concluíram esses cursos cerca de 70 alunos, sendo que desses 40 eram trabalhadores da indústria,

conforme registro de convênio entre a empresa e o SENAI, constando no arquivo do SENAI.

Desde esse primeiro momento, as empresas buscavam favorecer a participação de seus trabalhadores nos cursos, através de convênio com o SENAI. Desses primeiros cursos, a instituição não possuía um acompanhamento formal sobre o crescimento do trabalhador após a realização dos mesmos. O que existem são registros dos estudantes que indicavam os motivos, ao se candidatarem para um curso, quando da inscrição. Em sua maioria, a identificação era para conseguir uma promoção no trabalho, conseqüentemente um aumento salarial.

Em 1985, a escola do SENAI apresentava um crescimento na oferta de cursos e número de alunos, registrando, entre 1975 e 1985, a matrícula de 20.000 trabalhadores estudantes.

Nesse mesmo período, diminuiu a importação de trabalhadores de outras regiões do Brasil. Segundo arquivos da Associação Empresarial de Jaraguá do Sul – ACIJS e sindicatos dos trabalhadores, a diminuição na vinda de trabalhadores para o município ocorreu devido à melhoria na qualificação do trabalhador Jaraguaense e a falta de estrutura para receber e manter esse trabalhador na cidade.

Outras melhorias foram reivindicadas pela Associação Empresarial como a ampliação de mais 200 MT² de área do Correio, o alinhamento para a segurança pública do município, aumentando o número de policiamento. Continua o debate pela solução do problema habitacional em Jaraguá do Sul que cria reflexos sobre o recrutamento da mão de obra, pois a maioria desses profissionais acaba voltando para sua cidade de origem por não encontrar moradia. (ACIJ, 2013).

Em 1992, em parceria com a Escola Técnica Federal, o SENAI tornou-se Centro de Formação Profissional e passou a oferecer cursos técnicos.

Até 1995, o SENAI de Jaraguá do Sul atendeu, desde sua criação, 25.000 alunos, trabalhadores da indústria local. A seguir, a listagem de trabalhadores conforme sua área de atuação, segundo registros escolares do SENAI/SC em Jaraguá do Sul.

Trabalhadores conforme sua área de atuação⁶:

Metalmeccânico – 8.000 alunos, vindos das empresas Kolbach, WEG, outras empresas e alunos sem vínculo com empresas do ramo.

Têxtil/Vestuário – 10.000 alunos, vindo das empresas Malwee, Marisol, outras empresas e alunos sem vínculo com empresas do ramo.

Elétrica/ Eletrônica – 2.000 alunos – alunos vindos de várias empresas, de vários ramos.

Em 1997, o SENAI passou a ofertar seus próprios cursos técnicos, não tendo mais a parceria com a Escola Técnica Federal. Com essa nova formatação, o SENAI aumentou sua oferta de cursos e ampliou sua escola.

Em 2005, o atendimento do SENAI chegou a 35.000 alunos, desde sua criação.

Trabalhadores conforme sua área de atuação:

Metalmeccânico – 15.000 alunos, vindos das empresas WEG, outras empresas e alunos sem vínculo com empresas do ramo.

Têxtil/Vestuário – 10.000 alunos, vindo das empresas Malwee, Marisol, outras e alunos sem vínculo com empresas do ramo.

Elétrica/ Eletrônica/ Mecatrônica/Química/TI – 10.000 alunos – alunos vindos de várias empresas, de vários ramos.

Em 2015, o atendimento do SENAI chegou a 60.000 alunos, desde sua criação.

Com a criação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, em 2011, ocorreu um aumento acima dos períodos anteriores.

Trabalhadores conforme sua área de atuação:

Metalmeccânico – 26.000 alunos, vindos das empresas WEG, outras empresas e alunos sem vínculo com empresas do ramo.

⁶ Fonte – SENAI Jaraguá do Sul – registro de matrículas e de perfil de entrada.

Têxtil/Vestuário – 12.000 alunos, vindo das empresas Malwee, Marisol, outras empresas, além de alunos sem vínculo com empresas do ramo.

Elétrica/ Eletrônica/ Mecatrônica/Química/Construção Civil/Segurança no Trabalho/TI – 22.000 alunos – alunos vindos de várias empresas, de vários ramos.

Com o fim do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), em 2016, e a recessão econômica no país, ocorreu a diminuição no número de matrículas e na cessão de bolsa das empresas para seus trabalhadores.

O município de Jaraguá do Sul tem em seu setor industrial o destaque econômico, e aliado a esse desenvolvimento traz para a região o desenvolvimento educacional, proporcionado pela formação técnica profissional. Para demonstrar essa característica do município, serão apresentadas, a seguir, tabelas do IBGE, que corroboram a afirmação, por meio de seus dados, que estão relacionados aos municípios do seu entorno.

Tabela 8 –População e dados socioeconômicos – 2010

Municípios	População	PIB (mil)	PIB Per capita
Barra Velha	23.399	R\$ 385.356,91	R\$ 17.201,13
Corupá	14.260	R\$ 240.296,23	R\$ 17.347,40
Guaramirim	35.210	R\$ 1.458.061,31	R\$ 41.438,68
Jaraguá do Sul	144.607	R\$ 5.259.384,34	R\$ 36.726,01
Massaranduba	15.128	R\$ 327.302,78	R\$ 22.314,07
São João do Itaperiú	3.540	R\$ 60.269,18	R\$ 17.530,30
Schroeder	15.519	R\$ 241.307,26	R\$ 15.755,24
Total	251.663	R\$ 7.971.978,00	

Fonte: IBGE (2010)

Com os dados apresentados na tabela anterior, percebe-se que Jaraguá do Sul, além de ser o município mais populoso dentre os citados, apresenta também o maior PIB. Quanto ao PIB *per capita*, que é o produto interno bruto, dividido pela quantidade de habitantes de uma determinada Unidade política administrativa, percebe-se que o município destacado possui também o maior índice de desenvolvimento econômico em relação aos demais citados.

Tabela 9 – População em idade escolar - 2010

Municípios	0 a 3 anos	4 a 5 anos	6 a 14 anos	15 a 17 anos
Barra Velha	1.305	662	3.481	1.272
Corupá	746	354	1.881	703
Guaramirim	2.090	1.085	5.185	1.900
Jaraguá do Sul	7.578	3.937	18.332	6.820
Massaranduba	665	361	1.897	766
São João do Itaperiú	167	114	551	204
Schroeder	898	457	2.179	784
Total	13.449	6.970	33.506	12.449

Fonte: IBGE (2010)

Na tabela 9, é possível observar que, devido ao maior contingente populacional, Jaraguá do Sul, em 2010, apresentava um número considerado de pessoas que estavam em idade escolar, principalmente jovens entre com mais de 14 anos de idade, possível clientela a ser atendida pelo SENAI.

Tabela 10 – Taxa de analfabetismo – 2010

Municípios	11 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	Mais de 25 anos
Barra Velha	1,30 %	0,94 %	0,80 %	5,68 %
Corupá	0,66 %	0,43 %	0,87 %	3,77 %
Guaramirim	0,97 %	0,58 %	0,69 %	3,60 %
Jaraguá do Sul	0,80 %	0,59 %	0,46 %	2,16 %
Massaranduba	0,79 %	0,26 %	0,85 %	4,21 %
São João do Itaperiú	1,56 %	0,49 %	0,51 %	8,37 %
Schroeder	0,39 %	0,13 %	0,61 %	2,53 %

Fonte: IBGE (2010)

Quanto à taxa de analfabetismo, Jaraguá do Sul apresentava em 2010 o menor índice de analfabetismo da região, o que, se comparado ao PIB *per capita*, pode ser considerado como reflexo do desenvolvimento socioeconômico do município.

Tabela 11 – Índice de Desenvolvimento Humano municipal e de educação – 2010

Municípios	IDH-M	IDHM-Educação
Barra Velha	0,738	0,639
Corupá	0,780	0,707
Guaramirim	0,751	0,641
Jaraguá do Sul	0,803	0,755
Massaranduba	0,774	0,714
São João do Itaperiú	0,738	0,645
Schroeder	0,769	0,710

Fonte: IBGE (2010)

De acordo com os dados apresentados na Tabela 11, Jaraguá do Sul também se destaca em relação aos demais municípios quanto ao índice do IDHM, que permite conhecer a realidade do desenvolvimento humano no município. Este índice resume a perspectiva do crescimento econômico e facilita a comparação entre localidades, além de fornecer informações para a discussão de políticas na busca por melhores desempenhos socioeconômicos entre os municípios e regiões brasileiras. Amplia e fomenta o debate, instrumentalizando a sociedade sobre o estado da qualidade de vida nas unidades federativas, regiões e municípios rumo ao desenvolvimento humano.

A seguir, serão apresentados dados referentes à escolaridade dos trabalhadores formais e em atividades industriais dos municípios do entorno de Jaraguá do Sul. Para demonstrar essa característica do município, serão exibidas informações fornecidas pelo Ministério do Trabalho – MTE, retiradas da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (BRASIL, 2012).

Tabela 12 – Escolaridade de trabalhadores formais – 2012

Município	ESCOLARIDADE						
	Analfabeto	Até 5ª Incompleto	5ª Completo Fundamental	6ª a 9ª Fundamental	Fundamental Completo	Médio Incompleto	Médio Completo
Barra Velha	9	60	116	290	1.003	422	1.803
Corupá	26	107	279	548	887	462	1.602
Guaramirim	22	249	459	1.077	2.336	1.547	4.668
Jaraguá do Sul	69	582	1.368	3.646	9.665	7.620	29.638
Massaranduba	32	185	275	503	871	684	1.885
São João do Itaperiú	4	36	38	83	193	70	265
Schroeder	6	89	163	334	853	424	1.435
Total	168	1.308	2.698	6.481	15.808	11.229	41.296

Fonte: Brasil (2012)

Tabela 13 – Escolaridade de trabalhadores formais em atividades industriais – 2012

Município	ESCOLARIDADE						
	Analfabeto	Até 5ª Incompleto	5ª Completo Fundamental	6ª a 9ª Fundamental	Fundamental Completo	Médio Incompleto	Médio Completo
Barra Velha	3	30	60	163	421	251	931
Corupá	22	30	140	341	627	344	1.060
Guaramirim	9	144	259	802	1.550	1.101	2.918
Jaraguá do Sul	44	389	705	2.472	6.030	5.276	18.579
Massaranduba	28	132	169	397	581	547	1.341
São João do Itaperiú	2	24	11	41	90	37	105
Schroeder	6	54	116	283	666	310	958
Total	114	803	1.460	4.499	9.965	7.866	25.892

Fonte: Brasil (2012)

A partir dos dados expressos nas tabelas 12 e 13, é possível depreender que os trabalhadores formais em 2012 de Jaraguá do Sul possuíam predominantemente escolaridade com Ensino Médio completo, o que também pode ser observado quanto à escolaridade dos trabalhadores formais em atividades industriais neste mesmo período.

Tabela 14 – Comparação entre a escolaridade de trabalhadores formais e trabalhadores formais em atividades industriais – 2012

Município	Total de Trabalhadores Formais	Trabalhadores com Educação Básica incompleta (não estão incluídos analfabetos)		Trabalhadores com Educação Básica Completa (ensino médio completo ou mais)	
		Trabalhadores	%	Trabalhadores	%
Barra Velha	4.189	1.891	45%	2.289	55%
Corupá	4.342	2.283	53%	2.033	47%
Guaramirim	12.321	5.668	46%	6.631	54%
Jaraguá do Sul	65.734	22.881	35%	42.784	65%
Massaranduba	5.056	2.518	50%	2.506	50%
São João do Itaperiú	777	420	54%	353	45%
Schroeder	3.924	1.863	47%	2.055	52%
Total	96.343	37.524	39%	58.651	61%

Fonte: Brasil (2012)

De acordo com a Tabela 14, do universo de trabalhadores formais de Jaraguá do Sul em 2012, o percentual de trabalhadores formais com Educação Básica completa (Ensino Médio completo ou mais) representa 65% contra apenas 35% de trabalhadores com Educação Básica completa. Estes índices demonstram que a escolaridade dos trabalhadores está fortemente voltada às atividades industriais (Tabela 13).

Neste cenário, destaca-se a importância do SENAI de Jaraguá do Sul, que completou 42 anos em 2017, tendo atendido cerca de 100.000 matrículas nesse período, contemplando todas as modalidades de atendimento: Aprendizagem Industrial, Ensino Médio, Cursos Técnicos, Qualificação e Aperfeiçoamento e Ensino Superior de Tecnologia.

4 RELEVÂNCIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA PERCEPÇÃO DE EGRESSOS E EMPRESÁRIOS

Após construir uma base teórica para desenvolver esta dissertação, buscou-se compreender, a partir de depoimentos, o papel do SENAI para a atividade profissional que egressos de cursos técnicos do SENAI em Jaraguá do Sul realizam hoje e a importância do SENAI para o desenvolvimento socioeconômico da região na visão de empresários.

Foram coletados os depoimentos de sete egressos de cursos técnicos a respeito da demanda dos cursos, conforme a quantidade de alunos formados. Os cursos escolhidos são da área de metalmecânica, com aproximadamente 49.000 formados até 2017/1, conforme registros de matrícula do SENAI, divididos no Curso Técnico em Mecânica, Curso Técnico em Eletromecânica.

A segunda área de atuação escolhida foi a Têxtil e Vestuário, com aproximadamente 32.000 alunos formados até 2017/1, sendo escolhido o Curso Técnico em Produção de Moda e o curso Técnico em Modelagem do Vestuário.

Também se optou pelo depoimento de um egresso do Curso técnico em Segurança do Trabalho, vinculado à coordenação da área Têxtil e Vestuário, pela grande procura por esse curso, ofertado na modalidade em EAD.

Para entender como os empresários do município veem o SENAI, foram coletados os depoimentos de cinco empresários. Neste caso, contou-se também com a colaboração do Sr. Célio Bayer, Vice-Presidente da FIESC para Regional do Vale do Itapocu – a FIESC está dividida em regionais e cada regional tem uma vice-presidência. Outro fator levado em consideração foi coletar depoimento de representantes de empresas consideradas de grande porte.

Na busca desses depoimentos, foram levantadas questões que demonstrassem como essas pessoas avaliam o SENAI e como relacionam a instituição à indústria.

Para isso, foram propostas duas perguntas para cada grupo. Para os egressos, buscou-se verificar qual é a visão sobre o SENAI e a formação profissionalizante e qual a contribuição do SENAI para seu trabalho.

Na coleta desses depoimentos, foram selecionados estudantes de diferentes períodos, formados entre os anos de 2008 a 2015. Esse período foi escolhido pela demanda de cursos e pelos registros da instituição, que facilitou o contato com os egressos.

Os questionamentos direcionados aos egressos foram elaborados de tal forma que as respostas fossem abertas, de forma espontânea, permitindo, assim, uma análise sem parcialidade.

4.1 DEPOIMENTOS DOS ALUNOS EGRESSOS

A seguir, estão registrados os depoimentos dos alunos egressos, assinalados de 01 a 07:

Aluno egresso 1:

Profissão: Mecânico

Função: Manutenção

Formação: Técnico em Mecânica

a) Qual sua visão sobre o SENAI e a formação profissionalizante?

Como eu não tinha como fazer faculdade, estudar no SENAI me deu uma profissão. O SENAI ensina uma profissão e dá oportunidades.

b) Qual contribuição do SENAI para seu trabalho?

Quando eu comecei na WEG, trabalhava na produção e era muito puxado e também ganhava menos. Quando o RH começou a buscar pessoas para uma nova função, tinha como requisito o curso técnico. E, por esse motivo, fui ao SENAI (na empresa todos comentam que o SENAI é a melhor escola). Quando estava no segundo semestre, levei uma declaração à empresa e então passei para manutenção como mecânico assistente e, quando estava me formando, fui promovido para mecânico. Com a promoção, meu salário aumentou bastante e principalmente os lucros. Agora irei começar o tecnólogo, fiquei sem estudar 3 anos. Com o curso técnico, meu trabalho melhorou muito.

Aluno egresso 2:

Profissão: Mecânico

Função: Assistente de Projetista

Formação: Técnico em Mecânica

a) Qual sua visão sobre o SENAI e a formação profissionalizante?

O SENAI é uma escola que nos prepara para o trabalho, nos dá condições de atuar dentro da empresa em vários setores. Como técnico do SENAI, conseguimos melhorar nossa formação.

b) Qual contribuição do SENAI para seu trabalho?

Quando comecei o curso técnico, foi por convite do meu chefe e a empresa pagou uma parte do estudo. Logo que comecei o curso já recebi minha promoção. Eu era pintor de carcaça e depois de começar o curso fui para expedição e depois para o setor de projetos. Essas promoções só aconteceram porque eu estava estudando em um curso técnico no SENAI e também fazer curso de qualificação em desenho e projetos no SENAI. O SENAI contribuiu para melhorar meu local de trabalho e melhorar meu salário.

Também me incentivou a estudar mais e dentro da empresa me deram mais valor.

Aluno egresso 3:

Profissão: Mecânico

Função: Técnico em Manutenção

Formação: Técnico em Mecânica

a) Qual sua visão sobre o SENAI e a formação profissionalizante?

É a melhor escola para nos preparar para o mercado de trabalho. Em Jaraguá, é a única que nos ajuda a ser técnicos e nos auxilia para melhorar no trabalho, também com palestras e outros cursos.

b) Qual contribuição do SENAI para seu trabalho?

Com a formação de técnico, consegui minha promoção. Então, o SENAI me ajudou a melhorar minha vida. Antes de estudar, estava com muita dificuldade em me manter e manter minha família, e assim que comecei o curso técnico em mecânica, meu chefe me deu oportunidade e passei a ganhar mais e depois que me formei fui promovido para líder da seção. Então, o SENAI me ajudou a melhorar minha vida e a da minha família.

Aluno egresso 4:

Profissão: Eletricista

Função: Eletricista de Manutenção

Formação: Técnico em Eletromecânica

a) Qual sua visão sobre o SENAI e a formação profissionalizante?

O curso técnico do SENAI permite melhorar nossa condição dentro do trabalho. Ser um técnico formado no SENAI abre portas dentro da empresa e nos dá uma profissão. Antes eu tinha somente o segundo grau e depois ganhei uma profissão de técnico.

b) Qual contribuição do SENAI para seu trabalho?

Quando comecei o curso, estava desempregado. O SENAI arrumou estágio para mim em uma empresa e logo no terceiro mês do estágio fui efetivado. Hoje estou com 10 anos de empresa e ocupo o cargo de supervisor. O SENAI contribuiu totalmente para que eu fosse o profissional que sou hoje e também para eu ter o trabalho que tenho.

Aluno egresso 5:

Profissão: Estilista

Função: Estilista de moda

Formação: Técnica em Modelagem do Vestuário

a) Qual sua visão sobre o SENAI e a formação profissionalizante?

O SENAI é uma escola especializada na formação profissionalizante e por esse motivo acredito que seja a melhor. O SENAI nos permite vivenciar as realidades da empresa. Nas aulas de laboratórios, temos desafios que nos mostram como uma empresa funciona.

b) Qual contribuição do SENAI para seu trabalho?

O SENAI me permitiu abrir minha empresa. Quando comecei o curso técnico, eu era costureira em uma grande empresa de Jaraguá do Sul, trabalhava na produção e tinha que produzir muito, era cansativo e muito ruim. Após começar o curso (fui fazer o curso por exigência da empresa), participei de oficinas, *workshops*, palestras que abriram minha cabeça para crescer e como na empresa meu crescimento foi pequeno, resolvi abrir minha empresa. Hoje atendo o Brasil todo, principalmente os estados do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro. Em minha empresa, tenho seis técnicas formadas no SENAI trabalhando.

Aluno egresso 6:

Profissão: Produtora de Moda

Função: Consultora de Moda

Formação: Técnica em Produção de Moda

a) Qual sua visão sobre o SENAI e a formação profissionalizante?

O SENAI forma para o trabalho. Minha formação no SENAI deu condições de me tornar a profissional que sou. A escola é muito competente em formar profissionais, é totalmente especializada e formar técnicos.

b) Qual contribuição do SENAI para seu trabalho?

Minha profissão é devido à formação que tive no SENAI. Antes de estudar no curso técnico, fazia somente o Ensino Médio, e após começar a fazer o curso de TPM, iniciei em uma empresa de evento de moda e hoje atuo como consultora de moda em desfiles, lançamentos de coleções, *workshops* de moda. Hoje sou a profissional que sou porque aprendi no SENAI.

Aluno egresso 7:

Profissão: Técnico em Segurança

Função: Técnico em Segurança

Formação: Técnico em Segurança no Trabalho

a) Qual sua visão sobre o SENAI e a formação profissionalizante?

O SENAI é uma escola que nos prepara como profissionais para o trabalho. E como técnico, vejo que temos muitas vezes mais oportunidades que outras profissionais.

b) Qual contribuição do SENAI para seu trabalho?

Com minha formação no SENAI, pude trabalhar em um ambiente melhor e ganhar um salário maior, o que ajudou muito em minha vida familiar. A contribuição do SENAI foi que me preparou para exercer minha profissão. Ter um certificado do SENAI abre muitas portas.

4.1.1 Análise dos Depoimentos dos alunos egressos

Analisando os depoimentos, a partir do primeiro questionamento em relação à visão sobre o SENAI, é possível observar que os alunos egressos consideram a instituição como caminho para a promoção tanto profissional quanto pessoal, que estudar nessa escola foi muito importante, além de abrir portas para novas oportunidades. Entendem o SENAI como uma escola especializada na formação profissional, com características do local de trabalho, que ensina na prática atividades que serão desenvolvidas no trabalho.

Seguindo a questão, como eles avaliam a formação profissionalizante, observa-se que valorizam e entendem que a formação profissionalizante é necessária para seu desenvolvimento. Com essa formação profissionalizante, conquistaram novos postos de trabalho e novas possibilidades. Entendem que essa formação é necessária e possibilita novas oportunidades, sempre relacionando a formação com a promoção no trabalho e o aumento salarial. Também indicam que essa formação reflete diretamente em sua vida familiar.

Em sua totalidade, os depoentes tiveram promoção no trabalho e aumento salarial após iniciar o curso técnico ou após estar formado. Também há o depoimento de uma egressa que se tornou empresária na área de formação.

Na questão que lhes foi apresentada sobre a relação do SENAI com seu trabalho, os egressos apontaram que a melhoria da sua condição de trabalho e ganho salarial estão diretamente ligados à sua formação técnica no SENAI. Trazem ainda como exemplos as indicações da empresa para estudarem no SENAI, entendendo a ligação da instituição com a indústria.

4.2 DEPOIMENTOS DOS EMPRESÁRIOS

Na continuidade da coleta dos depoimentos, foram realizados os mesmos procedimentos com seis empresários do município, colocando-lhes como questões, qual visão dos mesmos sobre o SENAI e a formação profissionalizante, e como eles avaliam a contribuição do SENAI para a indústria.

Empresário 1:

Profissão: Empresário

Função: Diretor

Formação: Técnico em Mecânica/ Engenheiro Mecânico e MBA em Administrador de Empresa

a) Qual sua visão sobre o SENAI e a formação profissionalizante?

O SENAI é o braço direito da indústria brasileira. A oferta de cursos que preparam o trabalhador e os tornam excelentes profissionais.

A profissionalização do trabalhador é importantíssima para que a indústria consiga melhorar a qualificação do seu trabalhador e, por consequência, a melhoria na qualidade dos produtos.

b) Qual contribuição do SENAI para indústria?

O SENAI contribui diretamente com a indústria, é um parceiro que nos auxilia na formação dos trabalhadores, o que reflete na melhoria de nossa competitividade através de trabalhadores melhor preparados. A parceria também se estende aos treinamentos que o SENAI possibilita para os nossos colaboradores.

Empresário 2:

Profissão: Empresário

Função: Diretor

Formação: Técnico em Mecatrônica, Tecnólogo em Automação Industrial, Especialização MBA em Processos.

a) Qual sua visão sobre o SENAI e a formação profissionalizante?

A indústria do conhecimento vai além do simples ensinar uma profissão. O SENAI prepara o profissional para assumir várias funções, sejam de lideranças, sejam de execução.

A formação técnica é um diferencial para o trabalhador, pois possibilita a esse trabalhador sair na frente de seus concorrentes para uma determinada função. O profissional formado pelo SENAI vem preparado para a indústria, porque tem seus cursos alinhados às nossas necessidades.

b) Qual contribuição do SENAI para indústria?

O SENAI contribui com a indústria, preparando o trabalhador para atuar em vários locais nas empresas. A indústria é que mantém o SENAI e nessa parceria montamos juntos os cursos para que atendam às especificidades das empresas. É um grande parceiro no desenvolvimento dos profissionais e de novas tecnologias para a indústria.

Empresário 3:

Profissão: Empresário

Função: Presidente

Formação: Engenheiro Industrial, Mestre em Produção.

a) Qual sua visão sobre o SENAI e a formação profissionalizante?

O SENAI é muito importante como parceiro da indústria no preparo dos trabalhadores, tornando-os especialistas técnicos para atuar nas empresas.

b) Qual contribuição do SENAI para indústria?

Contribui como parceira na formação dos trabalhadores e no atendimento da lei do menor aprendiz, dando formação para esses jovens encaminhados pelas empresas. O SENAI fornece desenvolvimento para o trabalhador da indústria e, com isso, ajuda a indústria ser mais competitiva.

Empresário 4:

Profissão: Diretor

Função: Diretor de Produção

Formação: Engenheiro de Produção, MBA em Produção

a) Qual sua visão sobre o SENAI e a formação profissionalizante?

Para mim, o SENAI é quem dá suporte no preparo dos trabalhadores para a indústria. Percebemos uma diferença muito significativa entre os trabalhadores com formação no SENAI dos que não tem.

b) Qual contribuição do SENAI para indústria?

O SENAI contribui com desenvolvimento de novas tecnologias e no preparo dos trabalhadores para atuarem conforme as necessidades das empresas.

Empresário 5:

Profissão: Presidente

Função: CIO

Formação: Engenheiro

a) Qual sua visão sobre o SENAI e a formação profissionalizante?

Toda empresa competitiva precisa de trabalhadores preparados, com formação para atuarem nas várias áreas da empresa. E, nesse sentido, o

SENAI é a grande parceira da indústria, porque prepara o trabalhador conforme a necessidade de cada empresa.

O trabalhador que não buscar uma formação profissionalizante terá cada vez menos oportunidades dentro da indústria. Ter a formação é essencial para conhecer os processos e atuar com qualidade em seu trabalho.

b) Qual contribuição do SENAI para indústria?

Como já relatei anteriormente, o SENAI é a indústria na educação, é o berço para formação de um trabalhador preparado para atuar, capacitado para liderar e desenvolver tecnologias de ponta. Preparamos o desenvolvimento dos cursos junto com as equipes do SENAI, o que torna os cursos específicos para atender às necessidades das indústrias.

Empresário 6:

Profissão: Diretor

Função: Diretor de RH

Formação: Administração, MBA em desenvolvimento de pessoas.

a) Qual sua visão sobre o SENAI e a formação profissionalizante?

Trabalho diretamente com o SENAI na contratação de cursos e na oferta de bolsas de estudos para nossos colaboradores, por entender que o SENAI capacita o trabalhador de maneira específica para nossas necessidades.

Incentivamos através de bolsas de estudos nossos colaboradores a buscarem formação e melhorar sua formação por entender que é necessário esse desenvolvimento.

b) Qual contribuição do SENAI para indústria?

A parceira com o SENAI sempre existiu, por acreditarmos que essa escola é específica para atender nossas necessidades, pois foi criada para o desenvolvimento do trabalhador brasileiro, além dos cursos estarem vinculados às empresas. Um dos destaques nesse atendimento é o desenvolvimento dos cursos Nome da Empresa, onde a empresa e o SENAI montam as ementas do curso conforme a necessidade da empresa. O SENAI ajuda no desenvolvimento e melhoria competitiva da indústria.

4.2.1 Análise dos Depoimentos dos Empresários

Nos depoimentos dos empresários sobre suas visões em relação ao SENAI, estes entendem que esta instituição é importante na formação do trabalhador e, por consequência, desempenha papel direto no desenvolvimento do mesmo, em suas empresas. Para eles, o SENAI é parceiro na formação de um trabalhador que atende às necessidades das empresas, ou seja, vivencia na escola o que deverá saber fazer na empresa.

Os empresários apontaram como fundamental uma formação profissional e a ligam diretamente à melhoria na qualidade do trabalho de seus funcionários, assim como a melhoria em seus desempenhos na busca por qualidade e competitividade.

Para eles, o SENAI está totalmente ligado à indústria, através do desenvolvimento e oferecimento de cursos que preparam o trabalhador para atuar nas mais variadas funções da empresa. Entendem que o SENAI foi feito para atendê-los e que é grande parceiro no desenvolvimento de novas tecnologias.

Os empresários consideram o SENAI a escola que está pronta para melhorar a condição profissional de seus trabalhadores e percebem grandes mudanças no desempenho de seus colaboradores após a formação profissionalizante.

4.3 PESQUISA DO PERFIL DE SAÍDA SENAI - ENSINO TÉCNICO

A Pesquisa de Perfil de Saída SENAI é aplicada aos alunos do Ensino Técnico com objetivo de saber a opinião sobre o curso que o estudante fez no SENAI, bem como seu desenvolvimento educacional e profissional.

Através de pesquisa com estudantes egressos do Ensino Técnico em 2016, o SENAI de Jaraguá do Sul identificou que:

- 85% dos alunos que concluem o Curso Técnico e estão desempregados conseguem trabalho e vaga na função desejada.
- 88% dos alunos conseguem promoções no trabalho e salariais a partir do segundo semestre do Curso Técnico.
- 60% dos alunos que realizam uma qualificação profissional e estão desempregados, conseguem trabalho.
- 34% dos alunos conseguem promoções no trabalho e salariais a partir do segundo semestre do Curso Técnico.

Além disso, outros dados revelados pela pesquisa de Perfil de Saída SENAI 2016 – Ensino Técnico, com um universo de 1470 estudantes, indicam que, dos egressos que estão trabalhando/estagiando naquele momento, 566 já atuavam em ocupação/profissão relacionado ao curso ou em profissão do curso feito no SENAI.

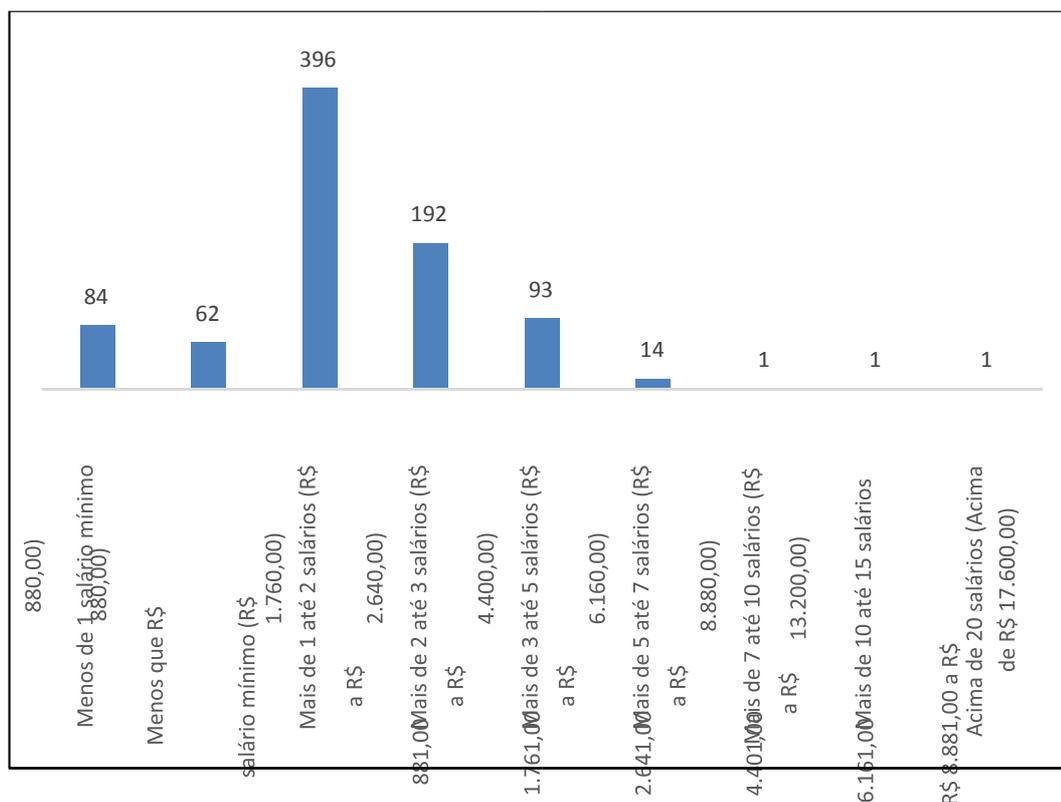
Gráfico 1 – Ocupação/profissão dos egressos que estavam trabalhando/estagiando durante o curso técnico no SENAI em 2016



Fonte: SENAI (2016)

Outro dado importante a ser destacado nesta pesquisa é quanto à renda mensal dos egressos no momento da realização da pesquisa.

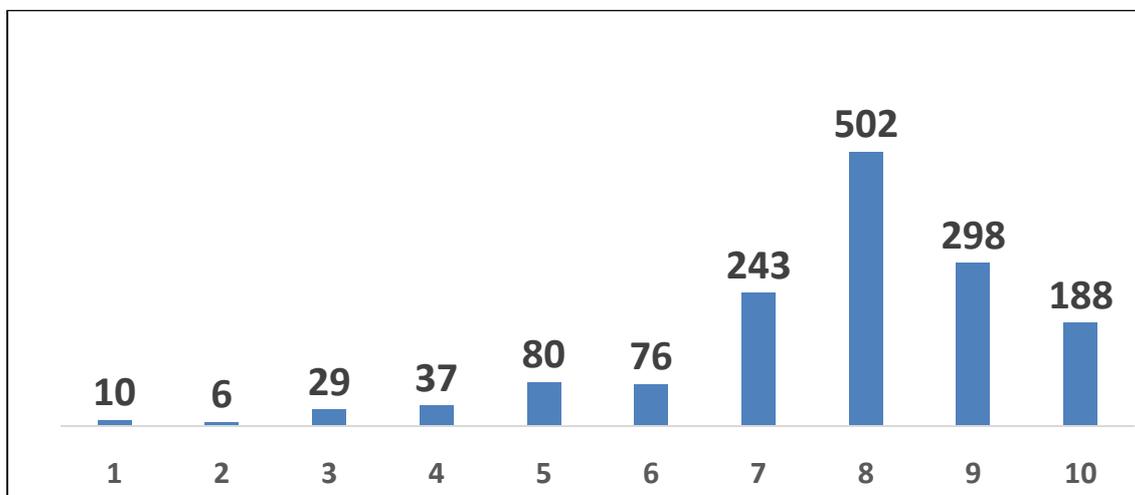
Gráfico 2 – Renda mensal dos egressos dos cursos técnicos no SENAI em 2016



Fonte: SENAI (2016)

Quanto ao nível de satisfação, os egressos dos cursos técnicos assim se posicionaram.

Gráfico 3 – Nível de satisfação com o SENAI dos egressos dos cursos técnicos no SENAI em 2016



Fonte: SENAI (2016)

A partir desses dados, é possível observar que, de forma geral, o SENAI é uma instituição que, a partir do ensino técnico e da prestação de serviços técnicos e tecnológicos e de consultoria, atendeu à demanda dos diferentes setores industriais, nas diferentes esferas, nacional, estadual e local.

Atualmente Jaraguá do Sul é a quinta maior economia de Santa Catarina, sendo o terceiro núcleo industrial do Estado e sede de algumas das maiores empresas do Brasil nos setores metalmeccânico e de confecções. Esse destaque é considerável, pois possui um parque fabril diversificado.

A atuação do SENAI em Jaraguá do Sul está voltada para o setor secundário da economia nos seguintes setores industriais: Metalmeccânico, Eletroeletrônica, Automação Industrial, Informática, Têxtil, Química, Vestuário e Moda, Construção Civil, Energias Renováveis e Segurança no Trabalho.

Na busca em atender as necessidades do trabalhador e da indústria, o SENAI terá em 2018 cursos de engenharia em nível superior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De forma geral, uma abordagem que envolve a função social da educação toma uma dimensão ampliada quando envolve especificamente a Educação Profissional. Neste contexto, se considerada a trajetória desta modalidade de ensino, surgem discussões relevantes quando o tema é Educação Profissional e Tecnológica, que podem ser sintetizadas nas seguintes indagações: Esta modalidade de ensino tem como função única formar/preparar mão de obra barata para o mercado de trabalho? Ou, há sinais de que a educação profissional e tecnológica está se voltando para uma formação integral dos indivíduos envolvidos nesta modalidade?

Diante dessas perspectivas, quando se considera que a educação deve estar comprometida com a formação do cidadão na sua integralidade, é preciso também destacar que, tradicionalmente, na cultura ocidental e predominantemente capitalista, a educação primordialmente está associada a um processo de formação humana, ou seja, voltada à humanização do indivíduo.

Paralelamente à ideia da formação pessoal, da busca por conhecimento, a educação como forma de ensinar a trabalhar, a produzir materiais e artefatos para a sobrevivência ou para o próprio conforto é uma atividade presente desde tempos remotos nas mais diferentes sociedades. Neste caso, os conhecimentos eram repassados às gerações seguintes de forma empírica, fruto da observação e da prática cotidiana.

Em busca de respostas para estas discussões, primeiramente é preciso estabelecer que é a partir da educação que o indivíduo se constrói ao estabelecer relações com o mundo e com os outros, acumulando saberes desenvolvidos pela humanidade. Além disso, é preciso ter claro que a educação em sua integralidade somente é possível se os envolvidos nesse processo se compreendem como cidadãos, cientes de suas limitações e sempre abertos à busca constante por novos conhecimentos. Dessa forma, é a partir da educação que o indivíduo tem consciência de direitos e deveres, permitindo-lhe a condição cidadã e de se tornar um ser atuante do grupo social ao qual pertence.

Os debates relacionados à educação como impulsionadora do desenvolvimento de um país ou de determinadas regiões vêm sendo travados há muito tempo e incluem a ideia de que o conjunto de habilidades e conhecimentos dos cidadãos de uma sociedade pode reverter em benefícios de seus membros.

Complementarmente, é possível observar que, diante das mudanças no sistema de produção desde o final do século passado, das influências da educação e da formação profissional na inserção e na trajetória ocupacional na vida das pessoas, há uma exigência maior quanto à preparação e à formação dos indivíduos.

Assim, com o levantamento feito neste estudo, a partir de um breve levantamento histórico, de cunho bibliográfico e documental, é possível perceber que o país, por um longo período de sua história, praticou uma educação voltada a ensinar a trabalhar. No entanto, com o passar do tempo, a educação profissional começou a enfatizar a educação científica e humanística, por meio da articulação entre formação geral e educação profissional, levando em consideração a realidade concreta no contexto em que se privilegia tanto a produção quanto as vocações sociais, culturais e econômicas locais e regionais.

Quanto ao objetivo de identificar o modo como os cursos profissionalizantes do SENAI em nível técnico contribuíram para o desenvolvimento socioeconômico de Jaraguá do Sul no período de 1975 a 2015, é possível destacar que a educação profissional e a capacitação são essenciais para que os jovens possam se inserir com êxito no mercado de trabalho. Neste cenário, a educação técnica ganha destaque primeiramente por formar profissionais destinados à necessidade do mercado regional, conhecendo melhor a realidade local das empresas que os empregam. Esta também é uma das razões pela qual os profissionais técnicos são cada vez mais procurados.

A partir dos depoimentos dos egressos dos cursos técnicos do SENAI, foi possível perceber que, no mercado de trabalho atual, cada vez mais competitivo exigente, o trabalhador qualificado é um diferencial de produtividade. Neste sentido, o ensino profissional e tecnológico proporciona a

formação de profissionais dinâmicos e inovadores, capazes de conquistar com dignidade e respeito um trabalho e participar ativamente como cidadãos no desenvolvimento da sociedade.

Destaca-se também que a formação técnica promovida pelo SENAI está direcionada para o aperfeiçoamento e a qualificação constante, em busca de uma melhora permanente da atividade produtiva, inclusive possibilitando aos seus estudantes um potencial empreendedor. Nesta perspectiva, o ensino técnico, além de alcançar a empregabilidade, é uma oportunidade para tomar a iniciativa de implementar novos negócios.

Além disso, como foi destacado pela abordagem estatística relacionada à população e à situação socioeconômica de Jaraguá do Sul, a educação profissional técnica mostrou ser um poderoso impulsionador da promoção social, que possibilita oportunidades ao público jovem, recém-saído do Ensino Médio, além de ampliar possibilidades e criar condições de desenvolvimento econômico.

Portanto, diante das crescentes desigualdades sociais existentes no país, é necessária a busca por soluções para reverter esse cenário. Além de criar condições para que haja geração de empregos, é urgente que também os indivíduos estejam qualificados para competir no mercado de trabalho, como também para que eles possam participar em situação de igualdade da vida política, econômica e social. Dessa forma, é a educação um importante instrumento para reduzir essas desigualdades.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Política**. Disponível em: <<https://goo.gl/N3LXwu>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE JARAGUÁ DO SUL – ACIJS. **Década de 2010**: ACIJS pensa no futuro da entidade e no desenvolvimento comunitário. 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/wPhmYf>>. Acesso em: 09 jul. 2017.

AZEVEDO, F. **Novos caminhos e novos fins**: a nova política de educação no Brasil. São Paulo, SP: Melhoramentos, [1992?].

BATISTA, Ubiratan Augusto Domingues. **Considerações históricas sobre a formação profissional no Brasil**. IX Congresso Nacional de Educação - UDOCARE. Curitiba, PR: PUCPR, 2009.

BAUMGARTEN, CHRISTINA. **Senai 50 ANOS**: conhecimento, habilidade e atitude: resgate histórico dos cinquenta anos de existência do SENAI em Santa Catarina. Blumenau: HB, 2004.

BRANDÃO, Marisa. **Cursos superiores de tecnologia**: Democratização do acesso ao ensino superior? 29 Reunião Anual da ANPED. Educação, Cultura e conhecimento na contemporaneidade: Desafios e Compromissos. 15/10 a 18/10/2006. Caxambu – MG, 2006. Disponível em: <<https://goo.gl/wJ7cpS>>. Acesso em: 07 jul. 2017.

BRANDÃO, Marisa. **Da Arte do Ofício à Ciência da Indústria**: a conformação do capitalismo industrial no Brasil vista através da Educação Profissional. In Boletim Técnico do SENAC nº 25, 2003.

BRASIL. **Decreto nº 7.566, de 23 de novembro de 1909**. 1009. Disponível em: <<https://goo.gl/zWsEfF>>. Acesso em 12 jul. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 9.070, de 25 de outubro de 1911**. 1911. Disponível em: <<https://goo.gl/Xxv6UA>>. Acesso em 12 jul. 2017.

BRASIL. **Constituição de 1937**. 1937. Disponível em: <<https://goo.gl/ApRRhm>>. Acesso em: 12 maio 2017.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942**. 1942. Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10 maio 2017.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943**. 1943. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10 maio 2017

BRASIL. **Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e base da educação nacional – LDB. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10 maio de 2017.

BRASIL. MEC, PORTAL. **Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. 2009. Disponível em: <<https://goo.gl/70zAav>>. Acesso em: 25 maio 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação Profissional: Referenciais curriculares nacionais da educação profissional de nível técnico**. Brasília, 2000. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10 maio 2017.

BRASIL. **Parecer 16/99, de 05 de outubro de 1999**. Documento, Brasília, n. 457, p. 3-73, out. 1999. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. 1999a. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 04 maio 2017.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 04/99, de 5 de outubro de 1999**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional do Nível Técnico. 1999. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 12 maio 2017.

CASTANHO, Sérgio. Educação e trabalho no Brasil Colônia. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. **Navegando pela História da Educação Brasileira**. Campinas: HISTEDBR, 2006.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI. **Relatório anual**. 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/pkhkYW>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

CUNHA, Luiz Antônio. O ensino industrial manufatureiro no Brasil. In: **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, nº 14, mai/jun/ago, 2000.

DELUIZ, Neise. O Modelo das competências profissionais no mundo do trabalho e na educação: implicação para o currículo. **Boletim Técnico do SENAC**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, set./dez. 2001.

DEPRESBITERIS, Lea. **Concepções atuais de educação profissional**. 3. ed. Brasília: SENAI/DN, 2001.

ENCICLOPÉDIA DE DIDEROT E D’ALEMBERT. Disponível em: <<https://goo.gl/HrZX7v>> Acesso em: 15 ago. 2016.

FAUSTO, B. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2001.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA – FIESC.

FIESC 65 anos: linha do tempo. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/N6NRaZ>>. Acesso em: 18 nov. 2016.

FONSECA, Celso Suckow da. **História do ensino industrial no Brasil**. 5 vols. Rio de Janeiro: SENAI, 1986.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 33. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Modelos ou modos de produção e educação: dos conflitos às soluções. **Tecnologia educacional**. Rio de Janeiro, v. 27, n. 147, p. 7-14, out./dez. 1999.

GALLINDO, Jussara. Formação para o trabalho e profissionalização no Brasil: da assistência à educação formal. In: BATISTA, Eraldo Leme e MULLER, Meire Terezinha (Orgs.). **A educação profissional no Brasil**. Campinas; Alínea, 2013.

GARCIA, Sandra Regina de Oliveira. **O fio da história**: a gênese da formação profissional no Brasil. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <<https://goo.gl/DdQWxS>>. Acesso em: 18 nov. 2016.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 6. ed. S. Paulo: Civilização Brasileira, 1998.

Haidar, Maria de Lourdes Mariotto. **O ensino secundário no Império brasileiro**. 2. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

IBGE. **Estatísticas históricas do Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro, 1990.

JARAGUÁ DO SUL. **Síntese da História da Cidade**. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/SUZO2f>>. Acesso em: 13 maio 2017.

KUENZER, Acácia Z. **Pedagogia da fábrica**: as relações de produção e a Educação do trabalhador. 3. ed. São Paulo: Autores Associados, 1989.

LUZURIAGA, Lorenzo. **História da educação e da pedagogia**. 7. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1975.

MANACORDA, M. A. **História da educação**: da Antiguidade aos nossos dias. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

MANFREDI, Sílvia Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MÉSZÁROS, Istvan. **A educação para além do capital**. São Paulo: Bomtempo, 2005.

MORAIS. Renant Araújo. **O ensino de artes e ofícios no Brasil colônia**. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/kvS4PB>>. Acesso em: 14 maio 2017.

MURARA, Patrícia. **Ensino Médio Articulado com a Educação Profissional: Currículo, Prática Docente e Empregabilidade**. 2013. Dissertação de mestrado. Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2013.

PACHECO, E. M.; MORIGI, V. (Org.). **Ensino técnico, formação profissional e cidadania: a revolução da educação profissional e tecnológica no Brasil**. Porto Alegre: Penso, 2012.

PERRENOUD, Philippi. **Construir competências desde a escola**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

PETEROSSO, H. G. **Educação e mercado de trabalho**. São Paulo: Loyola, 1980.

RAMOS, Marise Nogueira. **A educação profissional no contexto da educação nacional**. Disponível em: <<https://goo.gl/KjQELg>>. Acesso em: 10 maio 2007.

SALES, Paula Elisabete; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. **Educação profissional e aprendizagem no Brasil: trajetórias e impasses**. Disponível em: <<https://goo.gl/yRCoQp>>. Acesso em: 16 maio 2017.

SANFELICE, J. L. História, instituições escolares e gestores educacionais. **Revista HISTEDBR**. Número especial, Ago/2006 disponível em: <<https://goo.gl/j7zwDY>>. Acesso em: 03 jul. 2017.

SANTOS, Jailson Alves dos. A trajetória da educação profissional. In: Lopes, et al (org.). **500 anos de educação no Brasil**. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação: LDB trajetória, limites e perspectivas**. Campinas, SP: editora Autores Associados, 1999.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2012.

SCHÖRNER, Ancelmo. **O arco-íris encoberto: Jaraguá do Sul, o trabalho e a história: operários, colonos-operários e faccionistas**. Joinville (SC): Oficina Comunicações Ed., 2000.

SENAC. **A educação profissional no contexto da educação**. Disponível em: <<https://goo.gl/8Y2eWi>>. Acesso em: 14 abr. 2017.

SENAI DEPARTAMENTO NACIONAL – DN. **História**. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/y3KKH5>>. Acesso em: 12 maio 2017.

SENAI. **(Re)formação da classe trabalhadora no Brasil (1920-1964)**. São Paulo: Cortez. Universidade São Francisco, 2000.

SENAI. 65 anos de um sistema educacional consequente. São Paulo: SENAI, 2007. In: WEINSTEIN, Bárbara. The Model Worker of the Paulista Industrialists: The Campanha Operário-Padrão 1964-1985. **Revista Radical History Review**, nº 61, 1995.

SENAI. **Ação Estratégica número 1**: Reestruturação dos Modelos de formação profissional no SENAI. Assessoria de Planejamento. Departamento Nacional. Rio de Janeiro, ago. 1994.

SENAI. **O Giz e a Graxa**: meio século de educação para o trabalho. São Paulo: SENAI, Projeto Memória. 1992.

SENAI. Projeto Memória. **De homens e máquinas**: Roberto Mange e a formação profissional. Volume 1. São Paulo: SENAI, 1991.

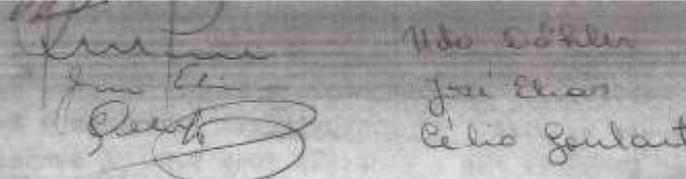
SILVESTRE, Armando Araújo. **Feudalismo**. 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/TPBMki>>. Acesso em: 07 jun. 2017.

WITTACZIK, Lidiane Soares. Atualidades Tecnológicas para Competitividade Industrial. **E-Tech**, Florianópolis, vol. 1, n. 1, p. 77-86, 2008.

ZOTTI, Solange Aparecida. **O Ensino Secundário no Império Brasileiro**: considerações sobre a função social e o currículo do Colégio D. Pedroll. Campinas: HISTEDBR, 2005.

ANEXOS

Ata da criação do SENAI de Jaraguá do Sul



8/10

Ata da 252ª Reunião do Conselho Regional do SENAI de Santa Catarina.

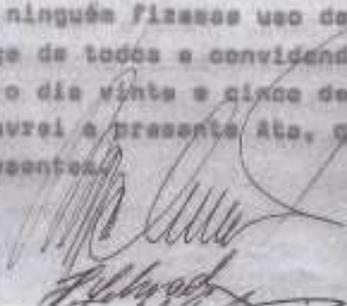
Data: Vinte e oito de maio de mil novecentos e setenta e cinco.

Hora: Dez e trinta horas.

Local: Sede do Departamento Regional do Sesi, em Florianópolis.

Participantes: Bernardo Wolfgang Werner - Presidente e os Senhores Conselheiros: Raul Schaidt, Heinz Schrader, Udo Döhler, José Elias, Antônio Nicolau Bucher e Celso Goulart - Diretor Regional. Ordem do Dia: Proposição nº 1: Aprovar o Balanço de Verificação do Raxão referente ao mês de março de 1975. O Senhor Diretor Regional procedeu a leitura dos Pareceres da Auditoria Externa e da Comissão de Contas. A proposta foi colocada em discussão e aprovação pelo Senhor Presidente. Aprovada, ficou assim estabelecido: "O Conselho Regional do SENAI de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, nos termos da alínea g do artigo 34 do Regimento do SENAI (Dec. 494, de 10.01.62), RESOLVE: Artigo Único: "Aprovar o Balanço de Verificação do Raxão do Departamento Regional do SENAI de Santa Catarina, referente ao mês de março de 1975." Proposição nº 2: Aprovar o Prêmio Aposentadoria aos Servidores do SENAI que contarem com vinte (20) anos de serviços prestados à Entidade e mais de trinta e um (31) anos de contribuição ao INPS. Após a leitura da proposta e dos esclarecimentos prestados pelo Senhor Diretor Regional, a mesma foi colocada em discussão e aprovação pelo Senhor Presidente. Sendo aprovada, ficou assim estabelecido: "O Conselho Regional do SENAI de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, RESOLVE: Art. 1º: Aos Servidores do SENAI que, contarem o mínimo de vinte (20) anos de serviços prestados à Entidade e, possuírem mais de trinta e um (31) anos de contribuição ao Instituto de Previdência, se se aposentarem, será atribuído um Prêmio Aposentadoria à base de um (1) salário por quinquênio de contribuição. Parágrafo Único: Para os efeitos do Prêmio Aposentadoria de que trata esta Resolução, as frações de quinquênio de contribuição serão consideradas proporcionalmente ao valor de um salário. Art. 2º: A presente Resolução entrará em vigor na data de aprovação por este Conselho Regional." Proposição nº 3: Autorizar o Senhor Di

retor Regional e firmar Convênio de colaboração técnica com a FURS. Após a leitura da proposta, o Senhor Diretor Regional prestou alguns esclarecimentos sobre o Convênio ao Conselheiro Raul Schmidt. A seguir, a mesma foi colocada em discussão e aprovação; sendo aprovada, ficou assim estabelecido: "O Conselho Regional do SENAI de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, RESOLVE: Artigo Único: É o Diretor Regional do SENAI de Santa Catarina, autorizado a firmar Convênio de colaboração técnica com a Fundação Educacional da Região de Blumenau - FURS, visando o aproveitamento dos recursos materiais e humanos, respectivamente do Centro de Formação Profissional de Brusque - LAFITE e do Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT de Blumenau. Parágrafo Único: O Convênio acima citado será parte integrante da presente Resolução." Prossequindo o Senhor Diretor Regional apresentou duas proposições avulsas: 1ª proposição: Autorizar o Senhor Diretor Regional a firmar Convênio com a fundição Tupy S.A. O Senhor Presidente colocou em votação e aprovação. Ficou assim aprovada: "O Conselho Regional do SENAI de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, RESOLVE: Artigo Único: É o Diretor Regional do SENAI de Santa Catarina autorizado a firmar com a fundição Tupy S.A., Convênio de assistência Didático-Pedagógica e administração de cursos de Aprendizagem no Centro de Desenvolvimento da Pessoal de referida Coprêa." 2ª proposição: Autorizar o Senhor Diretor Regional a firmar Acordo Especial com o Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Joinville. O Senhor Presidente colocou a proposta em discussão e votação. Ficou assim estabelecido: "O Conselho Regional do SENAI de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, RESOLVE: Artigo Único: É o Diretor Regional do SENAI de Santa Catarina autorizado a firmar, com o Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Joinville, ACORDO ESPECIAL de cooperação técnica e financeira, nos termos de legislação federal aplicável. Parágrafo Único: O presente ACORDO ESPECIAL visa a realização, por parte da ENTIDADE EXECUTORA, de treinamento de mão-de-obra com a colaboração do SENAI-DR/SC." Comunicações: O Senhor Diretor Regional fez as seguintes comunicações: 1) Sábado próximo o Departamento Regional estará ajudando para a nova sede; 2) Inauguração do Centro de Treinamento de Jaraguá do Sul no próximo dia dezanove de junho, com a presença do Senhor Ministro do Trabalho e do Senhor Governador do Estado; 3) Dia quinze próximo passado, inauguração e instalação da nova Agência de Treinamento de Videira - já está em funcionamento. A seguir, o Senhor Presidente colocou a palavra livre. Como ninguém fizesse uso dele, deu por encerrada a sessão, agradecendo a presença de todos e convidando-os para o almoço. Marcou a próxima Reunião para o dia vinte e cinco de junho. Eu, Rerília Gomes Machado, Secretária, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelos presentes.



Ermano Wolfgang Werner
Raul Schmidt

Pesquisa de perfil de saída dos Cursos técnicos

FIESC SENAI Formulário **Pesquisa de Saída – Curso Técnico**

Dados do Aluno (Confira seus dados)	
Unidade*:	
Curso*:	
Modalidade: Habilitação Técnica (Presencial e EAD)	
Turma*:	ID Turma*:
Nome*:	ID Matrícula*:
CPF*:	E-mail:
Telefone Celular:	Telefone residencial:
Telefone recado:	
Endereço:	Bairro:
Número:	
Cidade:	Estado:

***Dados preenchidos pela Unidade**

<p>1 - Atualmente você está trabalhando/estagiando de forma remunerada? Regular ou não, com ou sem carteira assinada. Assinale somente uma opção.</p> <p><input type="checkbox"/> Sim</p> <p><input type="checkbox"/> Não</p>	<p>8 - Na sua opinião, a conclusão do curso técnico auxiliará na conquista de emprego ou na progressão de sua carreira?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim</p> <p><input type="checkbox"/> Não</p>
<p>2 - Especifique sua situação profissional atual. Se tiver mais de uma atividade, considere sua PRINCIPAL fonte de rendimento.</p> <p><input type="checkbox"/> Estagiário</p> <p><input type="checkbox"/> Aluno Cotista / Aprendiz</p> <p><input type="checkbox"/> Empresário/sócio proprietário</p> <p><input type="checkbox"/> Empregado CDM carteira assinada</p> <p><input type="checkbox"/> Empregado SEM carteira assinada</p> <p><input type="checkbox"/> Empregado temporário CDM carteira assinada</p> <p><input type="checkbox"/> Empregado temporário SEM carteira assinada</p> <p><input type="checkbox"/> Profissional liberal (dentista, advogado, contador, etc.)</p> <p><input type="checkbox"/> Autônomo/por conta própria (pedreiro, empregada doméstica, motorista, etc.)</p> <p><input type="checkbox"/> Funcionário público/militar</p> <p><input type="checkbox"/> Outro. Qual? _____</p>	<p>9 - Quanto ao processo de aprendizagem ao longo do curso, assinale as práticas pedagógicas que você gostou e contribuiu para sua aprendizagem. Marcar todas as alternativas de seu interesse.</p> <p><input type="checkbox"/> Aulas práticas em laboratórios do SENAI</p> <p><input type="checkbox"/> Situações de Aprendizagem</p> <p><input type="checkbox"/> Palestras e eventos técnicos de área</p> <p><input type="checkbox"/> Estágio supervisionado não obrigatório</p> <p><input type="checkbox"/> Visitas técnicas em empresas/indústrias</p> <p><input type="checkbox"/> Palestras com empresários (professor ilustre) SENAI Challenge</p> <p><input type="checkbox"/> Atividades não presenciais (20% da carga horária a distância)</p> <p><input type="checkbox"/> Palestras sobre empregabilidade com o IEL</p> <p><input type="checkbox"/> Projetos elaborados para o Mundo SENAI</p> <p><input type="checkbox"/> Participar de atividades de Semana de Indústria</p> <p><input type="checkbox"/> Outro. Qual? _____</p>
<p>3 - Quanto você ganha por mês, atualmente? Considere sua renda bruta, sem descontos. Se você não tem ganho mensal fixo, informe seu ganho mensal médio. Assinale somente uma opção.</p> <p><input type="checkbox"/> 1 salário mínimo (R\$ 954,00)</p> <p><input type="checkbox"/> Mais de 1 até 2 salários (R\$ 954,00 a R\$ 1.908,00)</p> <p><input type="checkbox"/> Mais de 2 até 3 salários (R\$ 1.909,00 a R\$ 2.862,00)</p> <p><input type="checkbox"/> Mais de 3 até 5 salários (R\$ 2.863,00 a R\$ 4.770,00)</p> <p><input type="checkbox"/> Mais de 5 até 7 salários (R\$ 4.771,00 a R\$ 6.678,00)</p> <p><input type="checkbox"/> Mais de 7 até 10 salários (R\$ 6.679,00 a R\$ 9.540,00)</p> <p><input type="checkbox"/> Mais de 10 até 15 salários (R\$ 9.541,00 a R\$ 14.310,00)</p> <p><input type="checkbox"/> Mais de 15 até 20 salários (R\$ 14.311,00 a R\$ 19.080,00)</p> <p><input type="checkbox"/> Acima de 20 salários (R\$ 19.081,00)</p>	<p>10 - De que forma o SENAI conseguiu contribuir para a realização do seu sonho? Assinale somente uma opção.</p> <p><input type="checkbox"/> Auxiliando a abrir um novo negócio</p> <p><input type="checkbox"/> Possibilitando crescer profissionalmente na empresa que trabalho</p> <p><input type="checkbox"/> Conseguindo um novo emprego</p> <p><input type="checkbox"/> Trocando experiências e desenvolvendo capacidades que eu havia interesse</p> <p><input type="checkbox"/> Não tinha um sonho definido</p> <p><input type="checkbox"/> O SENAI não contribuiu para a realização do meu sonho</p> <p><input type="checkbox"/> Outro. Qual? _____</p>
<p>4 - Que benefícios o curso ofereceu para você até agora? Assinale no máximo 2 benefícios, que considere mais importantes.</p> <p><input type="checkbox"/> Possibilitou a entrada no mercado de trabalho</p> <p><input type="checkbox"/> Possibilitou mudança de emprego/trabalho ou crescimento</p> <p><input type="checkbox"/> Possibilitou a permanência no emprego/trabalho</p> <p><input type="checkbox"/> Possibilitou melhoria salarial</p> <p><input type="checkbox"/> Melhorou o desempenho profissional</p> <p><input type="checkbox"/> Ajudou no relacionamento com os colegas de trabalho</p> <p><input type="checkbox"/> Ofereceu novos conhecimentos sobre a profissão</p> <p><input type="checkbox"/> Orientou na procura de emprego/trabalho</p>	<p>11 - Como você avalia a importância da possibilidade do aprendizado individualizado e da flexibilidade que a educação à distância oferece na contribuição de seus estudos e seu aprendizado. Assinale somente uma opção.</p> <p><input type="checkbox"/> Extremamente importante</p> <p><input type="checkbox"/> Muito importante</p> <p><input type="checkbox"/> Um pouco importante</p> <p><input type="checkbox"/> Pouco importante</p> <p><input type="checkbox"/> Não é importante</p>

<input type="checkbox"/> Não ofereceu nenhum benefício <input type="checkbox"/> Outro? Qual? _____	
<p>5 - Você pretende fazer outro (s) curso (s) no SENAI nos próximos dois anos? Assinale somente uma opção.</p> <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim	<p>12 - Como você avalia a variedade de tecnologias para acesso e possibilidades que um curso à distância oferece (ambiente virtual, vídeos, simulações, grupos de WhatsApp, apostila digital) na contribuição de seus estudos e seu aprendizado. Assinale somente uma opção.</p> <input type="checkbox"/> Extremamente importante <input type="checkbox"/> Muito importante <input type="checkbox"/> Um pouco importante <input type="checkbox"/> Pouco importante <input type="checkbox"/> Não é importante
<p>6 - Se você não pretende fazer outro(s) curso(s) no SENAI, assinale o PRINCIPAL motivo:</p> <input type="checkbox"/> Pretende só trabalhar/estagiar <input type="checkbox"/> Não tem condições de pagar outro curso no SENAI <input type="checkbox"/> O SENAI não oferece o curso que pretendo fazer <input type="checkbox"/> O SENAI não atende às expectativas <input type="checkbox"/> Pretende estudar em outra instituição <input type="checkbox"/> Outro. Qual? _____	<p>13 - Como você avalia a importância dos encontros presenciais para reforçar as práticas profissionais e simular o mundo de trabalho na contribuição de seus estudos e seu aprendizado. Assinale somente uma opção.</p> <input type="checkbox"/> Extremamente importante <input type="checkbox"/> Muito importante <input type="checkbox"/> Um pouco importante <input type="checkbox"/> Pouco importante <input type="checkbox"/> Não é importante
<p>7 - Você autoriza o envio de seu contato para ser cadastrado no Site do IEL e receber oportunidades de trabalho? (O Instituto Euvaldo Lodi – IEL/SC é uma entidade da FIESC e tem o objetivo de promover a interação universidade – indústria por meio da administração de estágios e oportunidades de trabalho). Assinale somente uma opção.</p> <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<p>14 - Qual é o seu nível de satisfação com o SENAI? Assinale somente uma opção.</p> <input type="checkbox"/> 0 (mais insatisfeito) <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/> 6 <input type="checkbox"/> 7 <input type="checkbox"/> 8 <input type="checkbox"/> 9 <input type="checkbox"/> 10 (mais satisfeito)